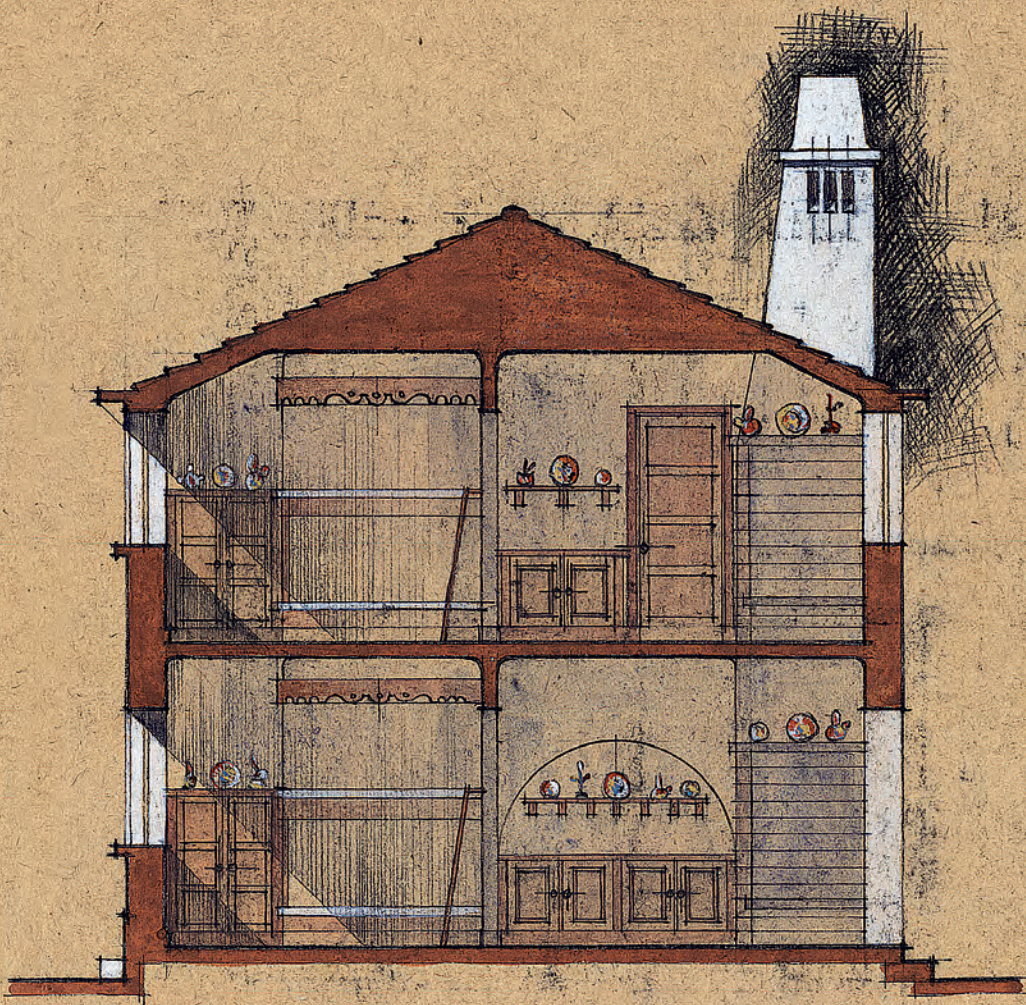


HABITAÇÃO

CEM ANOS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
EM PORTUGAL
1918-2018



HABITAÇÃO

CEM ANOS DE

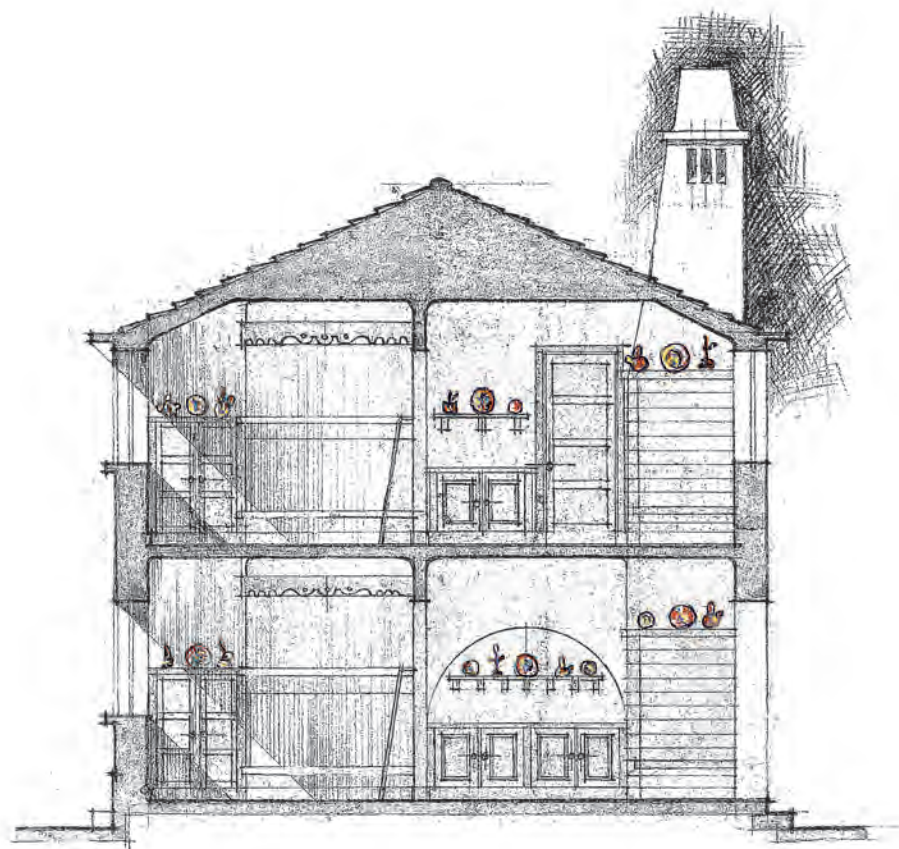
POLÍTICAS PÚBLICAS

EM PORTUGAL

1918-2018

HABITAÇÃO

CEM ANOS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS
EM PORTUGAL
1918-2018



COORDENAÇÃO CIENTÍFICA E EDITORIAL

Ricardo Costa Agarez

APOIO TÉCNICO E SECRETARIADO

Direção de Estudos, Planeamento e Assessoria / IHRU, I. P.

TEXTOS

Ricardo Costa Agarez
Alessia Allegri
Joana Gouveia Alves
Nuno Arenga
Rui Aristides
José António Bandeirinha
Pedro Namorado Borges
Francielli D. Cardoso
Tiago Castela
João Miguel Couto Duarte
Teresa Ferreira
Maria Manuela da Fonte
Dulce Freire
Eliseu Gonçalves
Filipa de Castro Guerreiro
Tiago Castro Lemos
Anna Ludovici
Jorge Malheiros
Margarida Malheiros
Madalena Libano Monteiro
Sandra Oliveira
Patrícia Santos Pedrosa
Susana Pereira
Virgílio Borges Pereira
João Queirós
Pedro G. Rodrigues
Filipa Serpa
Sérgio Dias da Silva
Maria Tavares
Eduardo Vilaça
Romana Xerez
José Luís Zêzere

DESIGN GRÁFICO

José Domingues

REVISÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

© Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

Lisboa, dezembro de 2018

ISBN 978-972-27-2711-2

DEPÓSITO LEGAL 443 530/18

EDIÇÃO N.º 1022643

Imagem da capa:

Bairro de Casas para Pescadores de Costa da Caparica, «tipo n.º 2. Corte por A. B.», 1946 (arquiteto urbanista João Guilherme Faria da Costa, 1946-1949). SIPA/IHRU

Imagem do separador da página 8:

Bairro de Santa Maria, Peniche. Estudo do fogo-tipo [1968] (arquiteto Vítor Figueiredo para as HE, 1968). SIPA/IVF



ÍNDICE

- 9/** Prefácio
PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO DO INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA
- 11/** Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção
RICARDO COSTA AGAREZ
- 41/** A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)
ELISEU GONÇALVES
- 83/** Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA, JOÃO QUEIRÓS, SÉRGIO DIAS DA SILVA e TIAGO CASTRO LEMOS
- 119/** O problema da habitação rural: Debates e políticas públicas durante o Estado Novo
DULCE FREIRE e PEDRO NAMORADO BORGES
- 161/** Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação
FILIPA DE CASTRO GUERREIRO
- 197/** O arrendamento social público (1945-1969): Nova escala, novos programas e agentes
MARIA TAVARES e JOÃO MIGUEL COUTO DUARTE
- 235/** O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado
JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA, TIAGO CASTELA, RUI ARISTIDES e JOANA GOUVEIA ALVES
- 281/** As cooperativas de habitação portuguesas: O jogo dos possíveis
PATRÍCIA SANTOS PEDROSA
- 317/** Os anos de crescimento (1969-2002)
EDUARDO VILAÇA e TERESA FERREIRA
- 365/** Um século de respostas habitacionais públicas a catástrofes: Experiências passadas e reflexões para o futuro
JORGE MALHEIROS, JOSÉ LUÍS ZÊZERE, ANNA LUDOVICI, SUSANA PEREIRA, SANDRA OLIVEIRA e MARGARIDA MALHEIROS
- 407/** Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projetos
FILIPA SERPA (COORD.), MARIA MANUELA DA FONTE, ALESSIA ALLEGRI, NUNO ARENGA e MADALENA LÍBANO MONTEIRO
- 465/** A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas
ROMANA XEREZ, PEDRO G. RODRIGUES e FRANCIELLI D. CARDOSO
- 512/** Cronogramas do centenário das políticas públicas de habitação em Portugal
INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA
- 517/** Notas biográficas

O problema da habitação rural

Debates e políticas públicas durante o Estado Novo

Introdução

A 16 de março de 1933, Oliveira Salazar afirma: «A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa.»¹ Este excerto faz parte de um discurso que, através de uma emissão radiodifundida, explicava ao País a nova Constituição Política da República Portuguesa, que legitimou o Estado Novo. O documento, plebiscitado no dia 19 desse mês, esteve vigente até à deposição do regime, em abril de 1974. Nas décadas da ditadura, estas frases inaugurais de Oliveira Salazar foram muitas vezes associadas a ações relacionadas com o apoio estatal à habitação. Funcionaram como lema, inspiração ou justificação de iniciativas que decorreram durante todo o período abrangido por este estudo.

Tanto a ambição anunciada, como os empreendimentos realizados indicam que os problemas da habitação estiveram na agenda política das elites, que fizeram parte de vários governos do Estado Novo². Todavia, analisando o conteúdo dos textos oficiais (legislação, pareceres, publicações e discursos políticos, por exemplo), a localização das principais obras realizadas e os estudos que têm sido dedicados à temática, percebe-se que estas preocupações tiveram repercussões distintas no território e nos grupos sociais considerados como *pobres* ou *necessitados*. Verifica-se que, à semelhança do que se passou durante a I República, o foco das atenções e iniciativas do Estado Novo foi para a resolução de problemas habitacionais nas cidades e maiores vilas.

Dulce Freire
Pedro Namorado Borges

Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Lisboa

<
Planta do Plano Diretor da aldeia de Prados
(distrito da Guarda). Biblioteca/Arquivo
da DGADR/MAFDR

¹ «Conceitos de Economia da Nova Constituição. Discurso radiodifundido da UN em 16 de Março de 1933.» (Salazar, 1939, vol. I: 199-200.)

² Após a II Guerra Mundial, estas preocupações não poderiam ignorar as recomendações e os estudos realizados pelas organizações internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho e a Organização das Nações Unidas, de que Portugal era membro. Para uma análise da relação desses estudos com Portugal, v. Pereira (1963a e 1963b).

Os dados indicam que existe um desfasamento entre, por um lado, a relevância política conferida ao problema da habitação nas cidades e, por outro, a relevância económica e social que estas áreas tinham no conjunto do País³. De facto, durante grande parte da vigência do Estado Novo, as cidades tiveram menor peso económico e populacional do que as áreas classificadas como rurais. Até ao início da década de 1960, a agricultura teve um peso significativo para o Produto Interno Bruto e a maior parte da população ativa residia e trabalhava nos territórios rurais⁴.

Este desfasamento suscita numerosas questões, desde as motivações subjacentes às decisões políticas e os impactos sociais da ação estatal, passando pelos critérios para o reconhecimento dos problemas habitacionais. No rol de questões que emergem, uma exige esclarecimento prévio: havia um problema da habitação rural? Tanto os testemunhos da época, como os estudos de carácter económico e social mostram os baixos rendimentos da população e a falta de infraestruturas básicas na larga maioria das povoações rurais. Os indicadores qualitativos e quantitativos⁵ sugerem, igualmente, a existência de extensos problemas de habitação, tornando difícil que a *vida familiar* nos territórios rurais tivesse a *intimidade*, o *aconchego* e o *isolamento*, que Oliveira Salazar defendia. Se para os grupos sociais de baixos rendimentos nas cidades, a *casa própria* era uma miragem, o mesmo se passava nas áreas rurais.

Todavia, as condições da habitação nas áreas rurais, apesar de serem frequentemente referidas em análises de carácter económico e social, raramente têm sido associadas a iniciativas estatais para resolver ou minimizar os diversos problemas enumerados. Isso contribuiu para que, apesar de o *problema da habitação* ter merecido a produção de extensa bibliografia ao longo do último século, esta tenha privilegiado um enfoque nas dimensões urbanas. O conhecimento sobre a temática da *habitação apoiada* em áreas rurais revela-se disperso e escasso, sendo pouco abordada em estudos científicos. Uma análise mais detalhada da questão, que constitui a primeira parte deste estudo, permite caracterizar o problema e identificar algumas das diferentes visões que este motivou durante o Estado Novo.

Na segunda parte deste estudo, descrevem-se os programas que enquadraram a construção de *habitação apoiada* pelo Estado nas áreas rurais⁶. A pesquisa mostrou que, no conjunto, estes programas apresentam três traços gerais: o Estado poder ter uma intervenção direta ou indireta; podem destinar-se a habitações para população ativa agrícola, reproduzindo o *modo de vida rural*, ou para alojar trabalhadores de outros setores económicos residentes em áreas rurais; são heterogéneos, apresentando-se como dispersos, irregulares, diversos e, até, difusos.

Como o principal objetivo deste estudo é analisar o papel do Estado, apresentam-se estes programas a partir das entidades que os promoveram. Neste sentido, considera-se que o Estado teve uma intervenção direta quando os serviços públicos, dependentes de um ou vários ministérios, estiveram envolvidos na conceção e execução dos empreendimentos. Estes são os casos de dois programas

³ Em 1930, cerca de 18% da população portuguesa residia em aglomerados com 10 mil ou mais habitantes, ou seja, cidades; em 1970, esse valor subira, chegando aos 27% (Barreto, 1996: 74).

⁴ Em 1950, o Produto Agrícola Bruto correspondia a 31% do Produto Interno Bruto, em 1960 essa percentagem baixou para 20%, em 1970, para 12%, e em 1980, para 9%. Em 1950, a População Ativa Agrícola (que inclui as pescas) era 49% da população total; a partir de 1960, esta percentagem reduz-se substancialmente e passa a ser apresentada sem incluir as pescas, assim, em 1960, foi 42%; em 1970, foi 26%, e em 1980, foi 17% (Soares, 2005: 162). Para uma perspetiva detalhada das mudanças na agricultura na longa duração, v. Freire e Lains (2017).

⁵ Os estudos coordenados por Lima Basto, realizados na década de 1930, estão entre os primeiros que procuram retratar de forma rigorosa, fornecendo dados quantitativos e qualitativos, as condições económicas e sociais dominantes nos territórios rurais (Basto, 1936; Basto *et al.*, 1943, 1947, 2012). A primeira análise quantitativa sistemática, realizada pelo Instituto Nacional de Estatística a partir do IX Recenseamento Geral da População de 1950, foi o Inquérito às Condições de Habitação da Família (1954).

⁶ Este estudo não abrange todos os empreendimentos de habitação apoiada realizados nas áreas rurais (como as Colónias Agrícolas, criadas pela Junta de Colonização Interna, e o Programa de Casas Económicas), que são tratados em outros capítulos desta obra.

contemplados: *Aldeias Melhoradas*, promovido pela Junta de Colonização Interna/Ministério da Economia, e *Casas para Famílias Pobres*, patrocinado pela Direção-Geral dos Serviços de Urbanização/Ministério das Obras Públicas.

Entende-se que o Estado teve uma intervenção indireta quando apoiou financeiramente ou influenciou a conceção, mas não esteve diretamente envolvido na execução das obras. Neste caso, verificou-se que os interlocutores do Estado foram organizações da sociedade civil. Identificaram-se três entidades: duas de carácter associativo criadas no âmbito da Igreja Católica, por iniciativa de membros da elite religiosa (Património dos Pobres, promovido pelo Padre Américo) e laica (Movimento Nacional de Auto-Construção, criado pela União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho/UCIDT); uma fundação (Fundação Salazar) incentivada pelo Presidente da República, Américo Tomás. Tendo em conta a natureza ditatorial do Estado Novo, que limita e persegue, muitas vezes violentamente, as iniciativas da sociedade civil, tornou-se necessário averiguar como é que estas organizações foram legalmente enquadradas pelo Estado. Verifica-se que atuaram, pelo menos no início, ao abrigo de despachos do Subsecretário de Estado da Assistência⁷, que até 1958 fazia parte do Ministério do Interior, abrangidas pelo regime jurídico das instituições particulares de assistência. Posteriormente esse enquadramento pode ter sido mudado para diplomas mais adequados às atividades que, de facto, desenvolviam⁸. De qualquer forma, estas entidades constituíram-se como organizações formais, sem fins lucrativos, com estatutos que lhes permitam atuar no âmbito da assistência social.

O cruzamento de dados recolhidos, através dos vários métodos, contribuiu para tornar mais precisa a definição de rural adotada neste estudo. Reconhecendo a fluidez do conceito, particularmente quando aplicado em perspetiva histórica, seguiu-se, como primeiro critério, a classificação que, durante estas décadas, foi adotada pelo Instituto Nacional de Estatística para hierarquizar as localidades do País. Tomou-se como referência a classificação estabelecida pelo Instituto Nacional de Estatística em 1960⁹, considerando-se como centro urbano a «capital de distrito e a localidade qualquer que fosse a categoria legal (cidade, vila, etc.) que, na área urbana demarcada pela Câmara Municipal respectiva contasse 10 000 ou mais habitantes», sendo que as zonas rurais correspondem à parte do território não compreendida por estes centros. Foi tido em conta que, posteriormente a 1960, muitas das localidades que constituíam os territórios rurais assumiram um perfil industrial e urbano, particularmente as da faixa litoral que passaram por acelerados processos de industrialização e terciarização das atividades económicas, com o aumento da densidade populacional que lhes esteve associada. Este perfil populacional e habitacional está em consonância com o peso que a agricultura continua a ter no conjunto da economia (Freire e Lains, 2017).

Ao iniciar-se esta pesquisa, eram escassos os dados que permitissem identificar os programas, as entidades, os locais ou outros elementos relacionados

⁷ Em 1945, a criação da Subsecretaria de Estado da Assistência decorreu da reorganização dos serviços de assistência (criada em 1911, a Direção-Geral de Assistência passou por várias mudanças e foi integrada no Ministério do Interior em 1927) e dos da saúde (competências que também faziam parte do Ministério do Interior). A Subsecretaria funcionou até 1958, quando foi criado o Ministério da Saúde e Assistência.

⁸ Foi o que aconteceu com a Fundação Salazar, que começou a funcionar com estatutos aprovados por despacho do Ministro da Saúde e Assistência, mas em 1973 foram promulgados pelo Decreto-Lei n.º 721/73, porque «Reconhece-se, porém, que a Fundação, pela longa e meritória actuação que vem desenvolvendo em várias parcelas do território nacional, colaborando com o Estado na solução do problema habitacional, carece de uma regulamentação específica que lhe assegure maior capacidade operacional» (prólogo do Decreto-Lei n.º 721/73).

⁹ Os critérios foram estabelecidos para o X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes, realizado em 1960. Para uma análise mais detalhada, v. Alarcão (1969).

com, eventuais, iniciativas estatais para financiar habitação fora dos maiores centros urbanos do País. Nestas circunstâncias, tornou-se necessário construir uma metodologia que se desenvolveu num movimento, de relação e encadeamento, a várias escalas e direções de aproximação, do geral ao particular e do periférico ao nuclear, através de um cruzamento de pesquisa em bibliografia, fontes documentais e trabalho de campo.

A investigação dividiu-se em três fases distintas: na primeira procedeu-se a pesquisa geral em bibliotecas¹⁰ e Internet¹¹, na segunda a uma investigação específica em arquivos históricos¹² e na terceira realizaram-se missões de trabalho de campo¹³. A articulação das várias fases de pesquisa permitiu reunir um conjunto de dados qualitativos e quantitativos, que informam sobre as diferentes modalidades adotadas pelo Estado para apoiar a intervenção na habitação em áreas rurais. O recurso a diferentes métodos de pesquisa permitiu proceder ao levantamento de diversos elementos necessários, para aprofundar a perspetiva histórica e geográfica do projeto *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018*, promovido pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.

Apesar das lacunas apresentadas pelas fontes históricas e da impossibilidade de consultar todos os fundos documentais considerados como relevantes, procedeu-se à identificação de vários programas e das entidades que os promoveram, à localização de mais de 350 empreendimentos construídos nos distritos de Portugal continental. Foi, ainda, possível reunir algumas informações sobre os beneficiários dos milhares de habitações construídas ou reabilitadas em áreas rurais com o apoio do Estado, durante a ditadura.

Este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, procede-se à identificação e caracterização do problema da habitação rural durante o Estado Novo (1933-1974). Analisa-se como as mudanças na conceção de bem-estar das famílias rurais e de desenvolvimento rural, ocorridas durante as décadas de vigência do Estado Novo, estiveram subjacentes às intervenções do Estado para a resolução do *problema da habitação rural*. Na segunda, apresentam-se os programas para *habitação apoiada* em que o Estado teve uma intervenção direta e indireta.

Identificação do problema da habitação rural

Existe um problema da habitação rural?

Durante as décadas de vigência do Estado Novo assistiu-se a uma tensão entre uma ideologia ruralista, difundida pela propaganda oficial, que apresentava a *vida nos campos* como harmoniosa e feliz, e a *realidade* que, como demonstravam vários testemunhos, raramente se coadunava com essas visões. Essa tensão é particularmente notória quando se trata da habitação rural. Por um lado, existem

¹⁰ Além da Biblioteca Nacional de Portugal, a pesquisa decorreu principalmente nas bibliotecas das seguintes entidades: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, e Fundação Calouste Gulbenkian.

¹¹ Entre os numerosos recursos utilizados nesta pesquisa, saliente-se o acesso aos debates parlamentares, disponíveis desde 1820 à atualidade, em <www.parlamento.pt> e, também, à legislação em <www.dre.pt>.

¹² A pesquisa foi direcionada para fundos documentais produzidos por diversas entidades e que atualmente são tutelados pelos seguintes ministérios: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS); Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR); Ministério da Economia (ME); Ministério da Cultura (MC). E, ainda, Arquivo Municipal de Grândola (AMG) e Presidência da República (PR).

¹³ Fizeram-se duas missões para conhecer *in loco* alguns dos empreendimentos que visaram a intervenção em aldeias e a construção de bairros no Centro (distritos de Aveiro, Coimbra, Guarda, Porto e Viseu) e no Sul (distritos de Santarém, Setúbal, Évora, Beja e Portalegre) do País.

correntes de debate e pesquisa sobre a *casa portuguesa* e as características *tradicionais* das habitações rurais, que contribuem para diferentes (re)elaborações identitárias e ideológicas (Leal, 2000). Estes são debates que atravessam, sobretudo, a arquitetura e a etnografia, mas que raramente focam o *problema da habitação rural*. Por outro lado, existem os dados empíricos que vão sendo recolhidos e divulgados por diversos investigadores, principalmente no âmbito da sociologia rural¹⁴, que visam retratar a *realidade* das condições em que se *vive e morre nos campos*. São estes que estimulam a discussão em torno do *problema da habitação rural*, demonstrando como está associado a baixos níveis de vida e à falta de infraestruturas básicas nas aldeias e vilas do País.

Desde o início dos anos 30, estes debates, realizados dentro das universidades ou na órbita destas, estiveram marcados pela iniciativa e, depois, pelos resultados do Inquérito à Habitação Rural, lançado pela Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa, em 1931. A equipa, chefiada pelo agrónomo e professor do Instituto Superior de Agronomia Eduardo de Lima Basto¹⁵, começou a trabalhar em finais dos anos 30. Os dois primeiros volumes foram publicados nos anos 40 (Basto e Barros, 1943; 1947), mas as informações começaram a circular antes e alimentaram várias polémicas, o que contribuiu para que a publicação do último volume fosse protelada. De facto, o terceiro volume, depois de décadas em paradeiro incerto e apesar de incompleto, foi, finalmente, editado em 2012 (Bastos *et al.*, 2012). As circunstâncias políticas e académicas em que este inquérito foi anunciado e, também, as peripécias que estiveram associadas à realização do estudo e à publicação dos resultados, seriam suficientes para que não fosse esquecido pelas elites portuguesas. Mas, além disso, os dados divulgados mostravam que o *problema da habitação rural* era extenso, tanto social, como geograficamente.

A conceção e execução do inquérito foram assumidas pelo Instituto Superior de Agronomia, devendo inserir-se no âmbito dos estudos económicos e sociais que esta entidade e as antecedentes estavam a promover desde o século XIX. Estes estudos, realizados principalmente por agrónomos e alguns silvicultores, configuraram uma corrente de sociologia que se desenvolveu em Portugal antes da década de 60, ambicionando informar decisões políticas para a resolução dos problemas rurais identificados. No caso deste inquérito, o contexto político em que foi concluído era muito distinto daquele em que fora concebido: se em 1931 existia ainda uma indefinição quanto à natureza do regime político que, na sequência do golpe militar de 1926, poderia governar o País, no início dos anos 40, o Estado Novo já estava consolidado e no auge da exaltação autoritária que lhe estava na génese¹⁶. Pelo contrário, os mentores e autores do inquérito estavam a assumir posições críticas do regime, que, em alguns casos, se revelaram de oposição explícita. Ainda que combatido, os dados sistematizados neste inquérito ajudaram a identificar os problemas relacionados com a habitação rural, influenciando os debates, e provavelmente também as decisões políticas, durante a vigência do Estado Novo.

¹⁴ Existe uma corrente de sociologia rural, inspirada em Le Play, que se desenvolve sobretudo em torno de professores e alunos do Instituto Superior de Agronomia, a qual se expressa em numerosos estudos promovidos até às décadas de 1960/1970, quando se abriu outra fase no campo da sociologia em Portugal (Ferreira, 2006; Ágoas, 2011; Freire 2013a).

¹⁵ Eduardo Alberto de Lima Basto, que faleceu em 1942, foi um eminente intelectual da I República, assumindo diversos cargos públicos e políticos, contribuindo para os debates relacionados com a modernização da agricultura e os rendimentos da população rural (Freire, 2013b).

¹⁶ Para uma descrição mais detalhada destas mudanças políticas e uma visão global do Estado Novo, v. Rosas (1994).

Verifica-se que alguns dos arquitetos que vão expressar opiniões sobre o papel do Estado nas mudanças da habitação rural¹⁷ e, em alguns casos, assumir cargos relevantes em organismos públicos, conhecem os volumes deste inquérito publicados nos anos 40. Estes são os casos de Vasco Lobo ou Octávio Lixa Felgueiras, que citam estas obras nos respetivos relatórios de final de curso¹⁸.

O contributo de Vasco Lobo, ainda pouco conhecido, parece ter sido particularmente relevante, não só pelo que escreve posteriormente¹⁹ mas sobretudo pelas responsabilidades que vai assumindo na Junta de Colonização Interna²⁰. Este organismo público, inserido no Ministério da Agricultura/Ministério da Economia, assume durante cerca de 30 anos (1936-1975) funções de intervenção social e económica em áreas rurais. Fazendo jus à designação que ostenta, as principais vertentes de atuação foram as relacionadas com os movimentos populacionais nos territórios rurais e as condições de alojamento, permanente ou temporário, de trabalhadores e respetivas famílias. Enquanto arquiteto que desempenhou funções executivas e de direção, Vasco Lobo deverá ter influenciado as decisões técnicas e políticas subjacentes aos empreendimentos realizados pela JCI. Pelas relações profissionais e pessoais que estabelece com arquitetos e outros intervenientes na concretização de empreendimentos habitacionais apoiados pelo Estado, poderá, igualmente, ter influenciado os debates e as decisões associadas à orientação das políticas públicas durante estas décadas²¹.

Apesar de estarem num país periférico e governado por uma ditadura de matriz fascista, tanto os arquitetos como os técnicos com outras formações foram confrontados com os desafios colocados pelas novas conceções de desenvolvimento e bem-estar, que se generalizaram no Ocidente depois da II Guerra Mundial. A redefinição e a disseminação dos novos paradigmas foram, em grande parte, assumidas quer por organizações internacionais criadas depois da Guerra, desde a United Nations, à Food and Agriculture Organisation e à Organização Europeia de Cooperação Económica/Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, quer por outras mais antigas, como a Organização Internacional do Trabalho (Pereira, 1963a e 1963b; Campos, 2006). Como o governo tornou Portugal membro destas organizações, acabava por ter de tomar decisões para cumprir as obrigações comuns e estava atento às disposições que estas defendiam.

Essas conceções colocaram no Estado a responsabilidade de tornar equitativas e universais o que foi considerado como as condições básicas para assegurar a dignidade do ser humano. Neste sentido, o Estado teve de alargar os âmbitos de intervenção para áreas sociais e económicas que eram novas ou que estiveram sob a alçada de entidades privadas, as quais não tinham as obrigações de equitatividade e universalidade que, desde o século XVIII, se foram tornando atributos do Estado Moderno. Em Portugal, fosse pela emergência de novos problemas fosse pelo alargamento do âmbito de ação a geografias e/ou grupos sociais até

¹⁷ Mas este inquérito parece ter tido menos impacto fora deste *nicho* de arquitetos interessados na habitação rural. Por exemplo, não é referido como um dos estudos que precedeu o Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal (realizado nos anos de 1950) no artigo de 1955, intitulado «Tradicionalismo e evolução», do arquiteto António Freitas (Freitas, 1955).

¹⁸ Octávio Lixa Felgueiras concluiu o CODA em 1954, com o tema «Urbanismo: Um tema rural» (Felgueiras, 1954); em 1957, no CODA de Vasco Lobo propõe-se um edifício de adegas cooperativas para uma colónia agrícola da JCI (Lobo, 1957). Ambos os autores tecem considerações gerais sobre a habitação e a vida nas áreas rurais.

¹⁹ A dispersão ou desaparecimento dos fundos documentais provenientes da JCI, tornando mais difícil e morosa a pesquisa, não permitiram fazer um levantamento da obra deste autor, nomeadamente do que pode ser classificado como «literatura cinzenta» (relatórios, estudos, memórias descritivas). Foi possível consultar alguns livros (Lobo e Antunes, 1960) e artigos (por exemplo na revista *Arquitetura*) publicados e estabelecer ligações com colegas de formação.

²⁰ A Junta de Colonização Interna foi criada em 1936 no âmbito do Ministério da Agricultura, ficou inserida na Subsecretaria de Estado da Agricultura (passa a Secretaria de Estado em 1958) quando este Ministério foi integrado no Ministério da Economia (1940), estava equiparada a uma direção-geral, mas adquiriu autonomia financeira e jurídica na década de 1940.

²¹ Este arquiteto surge associado a Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas e Victor Figueiredo no projeto da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em Lisboa (concurso realizado em 1962), que recebeu o Prémio Valmor em 1975.

então excluídos, o Estado também se tornou protagonista de mais iniciativas²², incluindo as relacionadas com a *habitação apoiada*.

Neste contexto externo, depois da II Guerra Mundial, tornou-se mais notório que as preocupações relacionadas com as condições de vida de quantos viviam nas áreas rurais assumiram outra relevância, tanto para o Estado como para organizações ou movimentos relacionados com o *combate à pobreza*. Entre essas organizações contam-se as que surgiram nesses anos ligadas à Igreja Católica, mas também outras, como as misericórdias, que já poderiam funcionar há séculos.

Depois da II Guerra Mundial, as preocupações com o combate à pobreza cruzam-se com as decorrentes da aceleração do êxodo rural, que estava a esvaziar as aldeias e a reduzir as atividades económicas nos territórios rurais. Para um regime que continuava assente numa ideologia de carácter ruralista, a impossibilidade de reter a industrialização e urbanização evidenciou ainda mais essa tensão entre as visões *harmoniosas* e as *realidades* da *vida nos campos*. Tanto o Estado, como a Igreja Católica desejaram retardar, ou mesmo impedir, a desarticulação das redes familiares e comunitárias decorrente do êxodo rural, que, entre outros fatores, associavam à laicização e à delinquência que estariam a alastrar nas sociedades ocidentais. As medidas que visaram a habitação rural, direta e indiretamente apoiadas pelo Estado, estão imbuídas destas preocupações sociais e ideológicas, que cruzam aspetos de conservadorismo e de modernidade. No início dos anos 60, a JCI defendia precisamente que «[u]ma política de alojamento integrada num programa com sentido económico e social deverá ter como principal objetivo assegurar ao homem rural um nível de vida satisfatório que o defenda da miragem sedutora dos grandes centros urbanos.» (JCI, 1963).

Nas décadas de 50, 60 e 70, as soluções para resolver os problemas da habitação rural são diversificadas, devendo enquadrar-se nas inquietações mais amplas acerca da equiparação dos rendimentos e das condições de *vida no campo* com os da cidade. Assim, o *problema habitacional* é relacionado com outros fatores que caracterizam a *vida nos campos*, como os baixos rendimentos dos habitantes (durante muitas décadas com poucas alternativas de trabalho fora da agricultura, nomeadamente quando a emigração esteve limitada e/ou proibida) e com a falta de políticas públicas que minorassem ou resolvessem esses problemas.

Nos anos 1930 a 1950, quando o País atingia os máximos de população residente nas áreas rurais, estas preocupações são expressas por membros das elites políticas e religiosas. Em 1953, alguns deputados da Assembleia Nacional, como Amaral Neto (Neto, 1953: 73) e o cónego António dos Santos Carreto (Carreto, 1953: 92), fazem referência à urgência em resolver o problema da habitação no *meio rural*, como forma de solucionar os problemas do êxodo e os relacionados com a habitação nas cidades. Por isso, assinalam com preocupação a diminuição do Orçamento do Estado para os programas relacionados com as casas para os pobres. Na mesma altura, o arcebispo D. Ernesto Sena de Oliveira e o engenheiro

²² Entre as mudanças ocorridas nos serviços públicos refira-se a criação do Ministério das Corporações e Previdência Social, em 1950, para o qual transitou o Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (criado em 1933 e que coordenava a vertente social e laboral da organização corporativa), até então na direta dependência do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, e a criação, em 1958, do Ministério da Saúde e Assistência.

Horácio de Moura, ambos ligados à promoção do Movimento Nacional de Auto-Construção e influenciados pelos programas habitacionais desenvolvidos em vários países europeus depois da II Guerra Mundial²³, salientam, também, que continuam a faltar habitações, tanto nas cidades como nas áreas rurais (Moura e Oliveira, 1953).

Estudos promovidos no âmbito das atividades de organismos públicos podem, igualmente, inserir-se na mudança de perspetiva acerca da habitação e do desenvolvimento, particularmente nas dimensões rurais destas problemáticas. Em 1953, o INE publicou o *Inquérito às Condições de Habitação da Família*, realizado a partir do recenseamento da população de 1950 (INE, 1954). A sistematização de dados quantitativos fornece uma visão mais uniforme dos problemas habitacionais no território, particularmente nas zonas rurais que tinham merecido menos relevância nos debates e nas decisões políticas. Para Raul da Silva Pereira chegava a ser «dolorosa» a constatação de que era recorrente a falta de visibilidade dos problemas da habitação rural na agenda política e nas decisões governamentais (Pereira, 1963a: 44). Nos anos 60, considerava-se com mais insistência que a resolução de tais problemas deveria estar inserida numa política de desenvolvimento regional consagrada no III Plano de Fomento (1969-1973).

Este problema traduzia-se em vários indicadores, que se podem dividir em características arquitetónicas (casas pequenas e sem divisões para famílias numerosas, casas sem janelas e sem circulação de ar e luz, sem chaminé, casas degradadas, etc.) e funcionais (sem saneamento básico, em terra batida, sem mobiliário ou objetos essenciais — faltam roupa de cama, cadeiras, etc.). A procura de soluções suscita discussões, que envolvem arquitetos dos serviços públicos e outros especialistas, visando estabelecer quais as tipologias arquitetónicas mais adequadas para as habitações dos grupos sociais que foram identificados como mais carenciados de apoio público (distinguem-se, por exemplo, os assalariados rurais dos pequenos agricultores). Fazendo eco dos debates acerca da *casa portuguesa* e da *arquitetura popular*, tecem-se considerações sobre quantidade, tamanho e disposição das divisões da casa; número de janelas; localização de casas de banho; ligação entre zonas residenciais e as necessárias ao funcionamento da *casa de lavoura*, etc. Nesta discussão e na concretização dos projetos que vão sendo edificados, recorre-se a iniciativas semelhantes realizadas em outros países (Europa e América Latina), procurando definir as tipologias habitacionais mais ajustadas às características da *vida nos campos* em Portugal, como exemplifica o livro de 1960 dos arquitetos da JCI, Vasco Lobo e Matta Antunes (Lobo e Antunes, 1960).

Note-se que existe uma reflexão antiga e transnacional, que vem pelo menos de finais do século XVIII, que identifica os problemas arquitetónicos das habitações rurais (falta de janelas, baixo pé-direito, organização dos espaço doméstico e laboral, salubridade, etc.) e propõe soluções. Estas reflexões podem também estender-se às questões económicas, fazendo propostas para aumentar os rendimentos

²³ Entre essas influências, patentes na MONAC, estão os casos da reconstrução da Alemanha, o French Castors Movement e a cidade-jardim de Ebenezer Howard (Moura e Oliveira, 1953).

familiares. Mais tarde, a partir de finais do século XIX, multiplicam-se os estudos e os inquéritos sobre os aspetos económicos e sociais, não só urbanos mas também rurais, procurando demonstrar como algumas dessas situações podem ser resolvidas. Em Portugal, estas correntes foram minoritárias e, até aos anos 60-70, dificilmente encontraram no Estado capacidade de legitimação e execução.

Enquadramento institucional da *habitação apoiada nas áreas rurais*

O *problema da habitação rural*, que atravessou todo o Estado Novo, terá afetado grande parte da população do País. Tanto mais que, até aos anos 60 do século XX, a maioria residia em áreas rurais, que eram também aquelas onde se contabilizavam rendimentos médios mais baixos. Torna-se, assim, necessário avaliar a expressão legislativa assumida pelos *problemas da habitação* nestas áreas, relacionando-a com a das áreas urbanas. Ainda que não expressem toda a ação de um Estado, os textos legislativos são um indicador que ajuda a compreender o sentido das decisões políticas e a avaliar como estas foram, ou não, postas em prática.

A partir da segunda metade do século XIX, verifica-se que os Estados da Europa Ocidental tendem a alargar a ação para domínios da economia e sociedade, que até então estavam excluídos das políticas públicas. Seguindo esta tendência, em Portugal, o Estado reconheceu durante a I República que havia um *problema da habitação operária*, o que se traduziu, a partir de 1918, na publicação de legislação específica e na construção de bairros sociais nas principais cidades. O Estado Novo promulgou, também, medidas diversas desenhadas a partir da identificação dos problemas dos grupos sociais residentes nas cidades. Mas semelhante reconhecimento não se estendeu, pelo menos de forma tão clara, à habitação rural e às carências dos diversos grupos sociais que residiam fora dos centros urbanos.

Podem traçar-se duas tendências principais nas políticas públicas para a habitação apoiada durante o Estado Novo, uma é a prioridade conferida à resolução dos problemas habitacionais nas principais cidades, sobretudo Lisboa, a seguir Porto e, por fim, outros centros urbanos, outra, é a tardia e limitada intervenção nas povoações rurais.

Essas orientações das iniciativas do Estado estão simbolicamente expressas na data de publicação do Decreto-Lei n.º 23 052, em 23 de setembro de 1933, o primeiro diploma que estabelece o Programa das Casas Económicas. Esta ocorre cerca de seis meses após a aprovação da nova Constituição Política da República Portuguesa²⁴ e no mesmo dia em que se publicam os diplomas que lançam os alicerces institucionais do Estado Novo, com a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional (Decreto-Lei n.º 23 048), dos grêmios e organizações das entidades patronais (Decreto-Lei n.º 23 049), dos sindicatos nacionais obrigatórios (Decreto-Lei n.º 23 050), das casas do povo (Decreto-Lei n.º 23 051) e do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (Decreto-Lei n.º 23 053). Os problemas

²⁴ Refira-se que a nova Constituição consagra o Estado Português como uma «República unitária e corporativa» (artigo 5.º do Decreto n.º 22 241, de 22 de fevereiro de 1933).

da habitação urbana, à semelhança das questões relacionadas com o trabalho e a contestação dos operários, estão no centro das preocupações do Estado Novo.

O Programa das Casas Económicas, que continuará em execução nas décadas seguintes²⁵, destina-se aos grupos sociais que exerçam atividades profissionais enquadradas nos sindicatos nacionais ou nas casas do povo, mas que tenham rendimentos suficientes para assumir os encargos associados a estas casas. Várias centenas foram construídas em localidades classificadas como rurais. Por exemplo, na sequência da aplicação da Lei n.º 2092, em 1962, os arquitetos Carlos Duarte e Daniel Santa Rita assinalam a conclusão de um bairro económico na Chamusca (vila do distrito de Santarém), sendo «segundo se crê o primeiro de uma série de conjuntos habitacionais a espalhar pelo País destinados a trabalhadores rurais e operários» (Duarte e Rita, 1962: 51-52). Contudo, pela natureza do Programa, é provável que muitas destas casas não tenham sido ocupadas por quem tivesse como atividade principal a exploração direta de terra própria ou alheia.

De facto, reconhecendo que o Programa das Casas Económicas excluía grupos amplos de famílias, o Estado promulgou, em abril de 1945, o Decreto-Lei n.º 34 486. Este enquadra a construção de habitações novas, formando bairros ou estando dispersas, destinadas a *famílias pobres*. O governo e a Assembleia Nacional entendem que, como se refere no prólogo do Decreto-Lei n.º 34 486, a construção de «casas de renda económica» contribuirá para «resolver o caso de parte daqueles que não obedecem às restrições impostas pelo regime de casas económicas». Ao mesmo tempo responde às solicitações das entidades municipais do País que pediam um programa similar ao das casas económicas, que privilegiava Lisboa e as maiores cidades, para «*acudirem a graves crises locais de habitação para famílias necessitadas*» (Decreto-Lei n.º 34 486). Ainda sob os efeitos da difícil conjuntura da II Guerra Mundial, mas quando o fim do conflito já se vislumbrava, o regime tomava iniciativas que tinham indiscutível interesse na redefinição dos apoios políticos locais. Estes eram tanto mais importantes quanto os dirigentes da *situação* conheciam as atividades das oposições e, também, porque se preparavam, para finais de 1945, eleições para os deputados à Assembleia Nacional. Mesmo sendo um regime ditatorial, as eleições eram momentos sensíveis e importantes para o Estado Novo, que procurava uma reafirmação das fidelidades locais e da unidade nacional, sob uma inquestionável liderança de Oliveira Salazar e, mais tarde, Marcelo Caetano (1968-1974).

O contexto nacional e internacional, que se seguiu ao fim da II Guerra, colocou desafios adicionais aos regimes de carácter fascista que sobreviveram e persistiram numa Europa Ocidental em que se afirmavam as democracias. As políticas sociais tornaram-se centrais para estes Estados. Todavia, como tem sido demonstrado em estudos recentes, em Portugal estas orientações apenas se tornaram mais firmes no Marcelismo, ou seja, nos últimos anos do Estado Novo. Quanto aos *problemas da habitação rural*, até aos anos de 1960, as iniciativas do Estado Novo

²⁵ Outros diplomas foram publicados para ajustar este Programa às necessidades emergentes (Decreto-Lei n.º 28 912, de 12 de agosto de 1938, e Lei n.º 2092, de 9 de abril de 1958).

assentam nestes diplomas gerais, particularmente no Decreto-Lei n.º 34 486. Este é, provavelmente, o diploma que enquadrou maior número de iniciativas com impacto nas áreas rurais que são analisadas neste estudo. A par das obras promovidas pelas autarquias, organismos corporativos e organizações da sociedade civil (como as misericórdias, grande parte das quais já existia há muito quando este decreto-lei foi publicado), as interpretações deste diploma tornam-se suficientemente versáteis para o estender a outras entidades criadas entre as décadas de 50 e 70. Algumas dessas entidades estavam, particularmente, atentas aos *problemas da habitação rural*, procurando desenvolver iniciativas para os resolver ou atenuar.

Como se refere com mais detalhe no ponto seguinte, existem iniciativas de organizações ou personalidades que visam minorar alguns desses problemas, que não descaram as vias para captar apoios, financeiros e outros, do Estado, os quais juntam aos que conseguem angariar através de beneméritos particulares ou de empresas. Estes foram os casos do Património dos Pobres, do MONAC e da Fundação Salazar analisados neste estudo.

Note-se que, ainda que tivessem incidência nas áreas rurais, tanto o Programa das Casas Económicas, como o das Casas para Famílias Pobres foram desenhados tendo como referência os problemas, o planeamento e o quotidiano em centros urbanos. As iniciativas, habitacionais e outras, especificamente vocacionadas para as áreas rurais, estavam atribuídas à Junta de Colonização Interna (criada em 1936). Entre as décadas de 40 e 50, este organismo esteve empenhado na constituição de colónias agrícolas²⁶, que combinavam habitação e exploração da terra, em zonas com menor densidade populacional. Estes projetos não estavam centrados na resolução de problemas habitacionais, ainda que para tal contribuíssem, mas visavam criar novas explorações agrícolas familiares economicamente viáveis.

A partir da segunda metade dos anos 1950, a JCI deixa de estar focada nesses projetos e reorienta a ação. Em 1960, a promulgação do Decreto-Lei n.º 43 355 (24 de novembro de 1960) consagrou a possibilidade de intervir especificamente para solucionar problemas habitacionais em povoações rurais que estivessem consolidadas, o que, efetivamente, já estava a ser assumido pela JCI. Consta-se que as obras de reabilitação de habitações e infraestruturas nas aldeias, promovidas através da JCI, surgem no âmbito deste decreto-lei.

Contudo, este diploma tem um caráter geral, visando adequar à aplicação do II Plano de Fomento a legislação de 1946 relativa aos *melhoramentos agrícolas* (Lei n.º 2017, de 25 de julho de 1946). Esta lei de 1946 estava focada no apoio a prestar pelo Estado para pequenas obras e equipamentos (infraestruturas agropecuárias, pequenos sistemas de regadio, alfaías agrícolas, etc.) que modernizassem as explorações agrícolas que se mostrassem capazes de ser competitivas e aumentar a produção agrícola para abastecer os mercados. Assim, as disposições

²⁶ Em meados dos anos 40 planeou-se a construção de 1532 casais, distribuídos por várias colónias agrícolas localizadas no Norte e Centro do País. Destes, construíram-se 471 (31%), e em 1965 só estavam habitados por 382 famílias (Baptista, 1993: 30).

da Lei n.º 2017 excluía da ação do Estado grande parte dos agricultores, uma vez que dificilmente os pequenos agricultores, os rendeiros e os seareiros conseguiam cumprir os critérios de elegibilidade. O Decreto-Lei n.º 43 355 procura adequar as intervenções de *melhoramentos agrícolas* às dinâmicas que atravessavam os territórios rurais, já marcadas pelo êxodo populacional e pela necessidade de adquirir tecnologia que, na falta da mão de obra, assegurasse a continuidade das atividades agrícolas. As respostas estatais à falta de conforto e funcionalidade das habitações rurais são incluídas no âmbito desses *melhoramentos*.

No diploma de 1960, entre as várias páginas de disposições relacionadas com as atividades agrícolas, a possibilidade de intervir nas habitações está contemplada apenas na alínea g) do artigo 2.º, nos seguintes termos: «Edificação, ampliação e melhoramento de habitações, cantinas, refeitórios e postos de socorros urgentes médico-cirúrgicos para o pessoal que viva permanente ou eventualmente nas explorações agrícolas.»

Alicerçada nesta disposição geral, a JCI vai atuar em mais de uma centena de aldeias, através do Programa de Bem-Estar Rural, que incluía *melhoramentos* nas casas de habitação e/ou na povoação em que estas se inseriam.

A iniciativa de reabilitação de casas, abrangendo por vezes grande parte de uma aldeia, que ficou conhecida como *Aldeias Melhoradas*, deve enquadrar-se em duas inquietações latentes. Por um lado, travar o êxodo rural. Foi quando dois movimentos populacionais simultâneos, um que engrossava a emigração clandestina e o outro em direção aos centros urbanos do litoral do País, estavam a esvaziar as áreas rurais²⁷, que o Estado protagoniza as iniciativas mais significativas para resolver os problemas da habitação rural. Por outro, uma preocupação, sobretudo dos arquitetos, relacionada com a destruição da *arquitectura regional*, cujo esplendor e originalidade tinham sido redescobertos com o inquérito à *arquitectura popular em Portugal*²⁸ realizado na segunda metade da década de 1950. Essas apreensões são expressas, por exemplo, por Vasco Lobo, que defende²⁹ que o Estado deve elaborar um regulamento para a edificação em povoações rurais, evitando que se adotem estéticas e materiais que destroem essa *arquitectura regional*.

Durante a ditadura, o Estado esboça uma intervenção em alguns aspetos dos problemas da *vida nos campos*, procurando chegar às mais recônditas áreas do território. Esse projeto, eminentemente político, traduz-se, por exemplo, na construção de redes de casas do povo (a partir de 1933) e de grémios da lavoura (a partir de 1940), com funções económicas, sociais e culturais ao nível do concelho e da freguesia³⁰. Contudo, o reconhecimento estatal de que existe um amplo *problema de habitação rural* parece ter sido tardio e quando estava, de facto, a perder pertinência. Ao mesmo tempo que se acelerava o êxodo da população, estava a verificar-se um aumento dos rendimentos das famílias rurais, devido às verbas remetidas pelos membros que estavam a trabalhar no estrangeiro ou nas cidades

²⁷ Ainda que o processo fosse antigo, tornou-se evidente durante a década de 1950, quando saíram das localidades de origem cerca de 700 mil indivíduos, que na maioria se dirigiram para as áreas urbanas do País ou do estrangeiro. Para uma análise desde 1920, v. Alarcão (1969).

²⁸ O resultado do levantamento nacional realizado por várias equipas foi publicado no início da década de 1960 em dois volumes, com o título *Arquitectura Popular Portuguesa* (1961), pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos; sobre este inquérito, v. Leal (2000).

²⁹ Este arquiteto da JCI escreve, entre 1961 e 1962, três longos artigos na revista *Arquitectura*, intitulados «A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional» (Lobo, 1961a; 1961b; 1962).

³⁰ Para uma análise mais detalhada acerca da criação e do funcionamento (número, cronologia, geografia, atribuições, etc.) dos mais de 2000 organismos que constituíram o sistema corporativo do Estado Novo, v. Freire, Ferreira e Rodrigues (2014).

do País. Essa disponibilidade de rendimentos permitia que se fizessem intervenções nas casas de habitação, as quais estavam, precisamente, a motivar as preocupações dos arquitetos da JCI e não só.

Assim, um assunto que há décadas estava a ser tratado no âmbito académico e que era frequentemente inserido nos debates políticos acerca das condições de vida nas áreas rurais, apenas assume mais relevância nas decisões políticas quando estava a perder premência social. Apesar de tudo, essas iniciativas, traduzidas nos diplomas legais antes referidos, não ignoraram o sentido desses debates em curso nos meios intelectuais, mesmo que não tenham adquirido o ritmo de execução e a abrangência que estes consideravam necessárias. De facto, no comuto geral foram poucas as aldeias intervencionadas ou, mesmo, as famílias abrangidas pelos vários programas de habitação apoiada executados nas áreas rurais.

Programas habitacionais com apoio do Estado

Programas com intervenção direta do Estado

Aldeias Melhoradas

O Programa de Bem-Estar Rural, da Junta de Colonização Interna, promove a *reconstrução e beneficiação* da casa rural (JCI, 1965), através da intervenção direta do Estado em aldeias e aglomerados rurais. Este Programa³¹, que recebe a designação geral de *Aldeias Melhoradas*, decorre entre os últimos anos da década de 50 e o final do Estado Novo (1974), mas a legislação de enquadramento só foi publicada em 1960 (Decreto-Lei n.º 43 355, de 24 de novembro de 1960).

A assistência técnica e financeira do Estado é exercida através da Secretaria de Estado da Agricultura, do Ministério da Economia, por intermédio da Junta de Colonização Interna. A assistência técnica é prestada gratuitamente, orientando os interessados na conceção e execução dos *melhoramentos* a introduzir nas habitações. A assistência financeira consiste na concessão de empréstimos amortizáveis e de compensações não reembolsáveis às candidaturas de interessados, que sejam aprovadas pela Secretaria de Estado da Agricultura, a partir da proposta da JCI.

O Serviço de Bem-Estar Rural presta a assistência para a edificação, ampliação e melhoramento de habitações, em conformidade com o que está expresso no Decreto-Lei n.º 43 355 [alínea g) do artigo 2.º]. Os objetivos específicos deste Programa inserem-se nos objetivos gerais, que parecem ter-se tornado politicamente mais pertinentes a partir de 1960, que são manter ou aumentar a capacidade produtiva da terra e valorizar os produtos agrícolas, como já estava enunciado na Lei n.º 2017, de 1946, e é reforçado pelo Decreto-Lei n.º 43 355, em 1960.

³¹ A documentação relacionada com este programa está dispersa por fundos arquivísticos depositados em várias entidades, dos quais foram consultados os seguintes: a) ME/Biblioteca e Arquivo Histórico das Obras Públicas: Fundo Ministro MOP, Arantes de Oliveira; caixas com fotografias e documentos (152, 154, 156); álbuns de fotografias (AI.025, AI.128); b) MAFDR/Biblioteca e Arquivo da Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural: folhetos JCI (17939/M, 17940/M, 17941/M, 17942/M, 18380/M); pasta com desenhos e peças escritas (18562); textos (17919); MAFDR/Arquivo do Gabinete de Políticas, Planeamento e Administração Geral: caixas com fichas da JCI (Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu).



FIG. 1 Visita ao concelho de Mirandela pelo Ministro das Obras Públicas, engenheiro Arantes e Oliveira. Em Vila Verdinho com o Presidente Almirante Américo Tomás. Biblioteca e Arquivo Histórico da Economia — Secretaria-Geral do Ministério da Economia

A estratégia das intervenções assenta numa ideia de impulso para o *progresso rural*, que se pretende generalizado por todo o país. Neste sentido, procura-se desenvolver o Programa a partir da intervenção numa aldeia-centro-modelo, com o intuito de esta contagiar *naturalmente* as aldeias adjacentes. Uma estratégia justificada pela JCI, como devida à conjuntura da época (marcada pelas guerras coloniais) e ao reconhecimento, por parte do Estado, da impossibilidade de renovar todas as aldeias do País (JCI, 1965). O estudo acerca da extensa reabilitação realizada na aldeia de Prados (distrito da Guarda) inclui representações cartográficas do modelo de difusão dessas influências arquitetónicas às aldeias vizinhas.

Para além das ações diretas para resolver o *problema da casa rural*, a JCI também coordena e colabora com várias entidades particulares, organismos do Estado e autarquias locais que estejam interessados em contribuir para esse objetivo. Essas colaborações abrangem âmbitos como renovação de algumas infraestruturas urbanas, reorganização urbana, apoio e assistência social, bem como a formação doméstica e agrícola das populações. Como é salientado numa das publicações da JCI, visa-se aproveitar todos os recursos, evitar duplicações de estudos e desperdícios de verbas (JCI, 1963).

O panorama habitacional rural é um dos grandes problemas identificados, considerando-se *pobre* em relação à qualidade construtiva e ao nível de salubridade, alegando-se, de forma romântica, que o «aspecto exterior das habitações perdeu a característica de arquitectura espontânea, que antes definia a casa rural portuguesa» (Carrilho, 1964). O interior das habitações é descrito como lúgubre, confrangedor, informe, insalubre, promíscuo e com vãos insuficientes e consequente déficit de luz natural, justificados como proteção ao rigor dos invernos, e sem quaisquer instalações sanitárias no interior (JCI, 1965; Carrilho, 1964).

O planeamento e as intervenções nas habitações visam assim, por um lado, a atualização dos padrões funcionais da habitação, e, por outro, a promoção da integração e do enquadramento urbano e arquitetónico (Lobo e Antunes, 1960). Segue-se uma ideia erudita de arquitetura rural e técnicas construtivas tradicionais, as quais se devem manter e valorizar. Neste sentido, elabora-se cada projeto de habitação especificamente para o agregado familiar a que se destina e para o meio geográfico e cultural em que se insere, contrariando o caráter anónimo e genérico dos projetos-tipo ou de empreendimentos de maiores dimensões. As intenções das intervenções procuram ser sérias, concretas, eficientes, práticas, modestas e compatíveis com o que se considera ser o *habitat* adequado ao *homem rural*, recusando-se a aparatosa obra de construção (JCI, 1965).

Na melhoria funcional das habitações, o objetivo é criar o que os técnicos consideram ser as condições mínimas de habitabilidade, através da redefinição espacial e funcional do interior da habitação, de acordo com o estado da casa e as características do agregado familiar. Nas intervenções prevê-se, em geral, a reconstrução da cobertura e substituição parcial ou integral das telhas, execu-



FIG. 2 Folheto de apresentação da Aldeia Melhorada de Montes Velhos (distrito de Beja) pela JCI, 1972. Biblioteca/Arquivo da DGADR

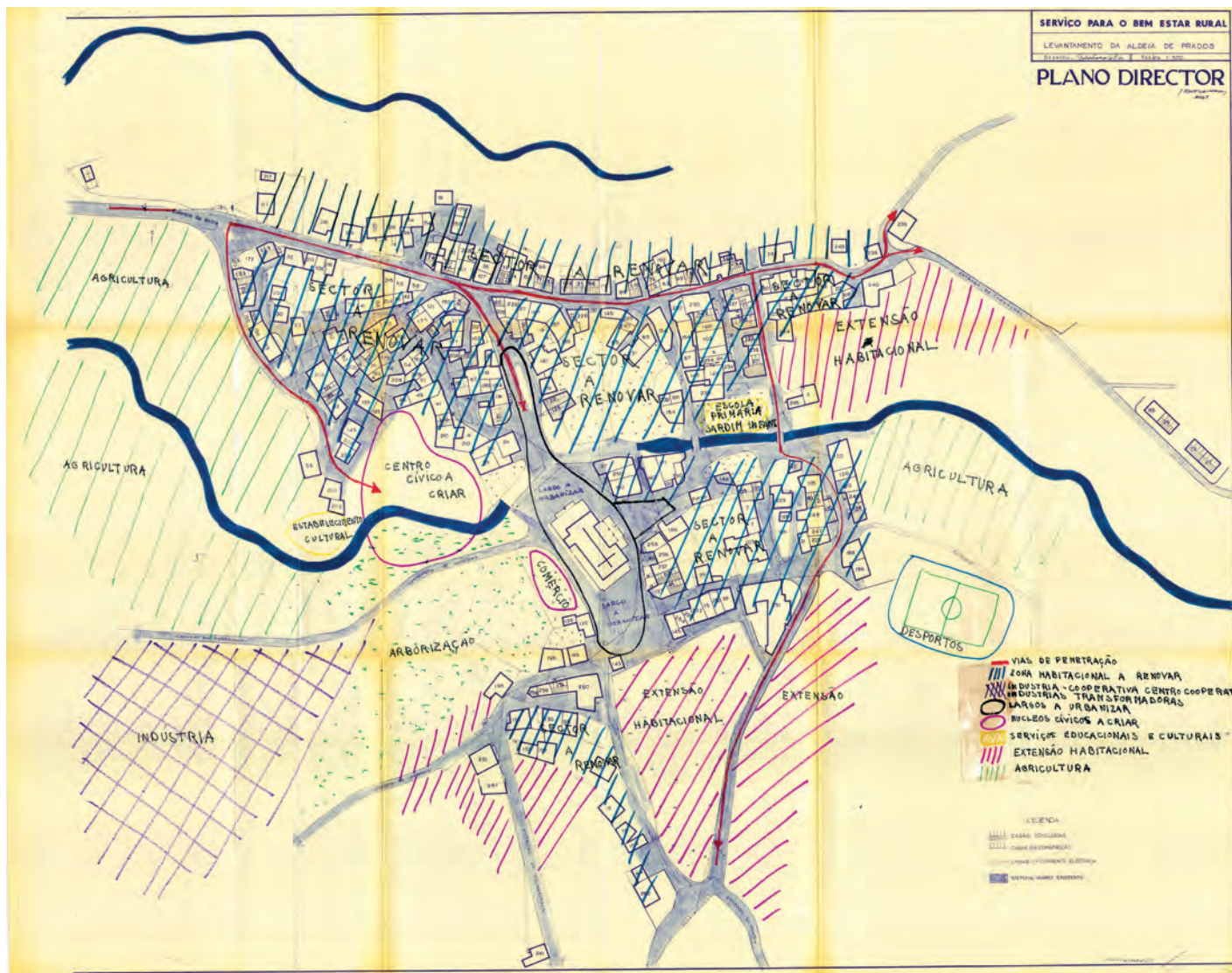
ção de forro de teto interior, abertura de vãos em portas e janelas, abertura de claraboias de iluminação e ventilação dos compartimentos interiores, o arranjo, a pintura e a substituição de caixilharias, a construção de chaminés com colocação de pedras do lar, a reparação ou substituição de pavimentos, a reparação de fissuras em paredes exteriores, a separação dos quartos por género e, em alguns casos, a construção de casas de banho com duches no interior. Quando encarado como necessário, prevê-se a ampliação da habitação, para o *terreno* do próprio ou a construção de um novo piso, chegando-se mesmo a demolir e a reconstruir a casa existente (JCI, 1965).

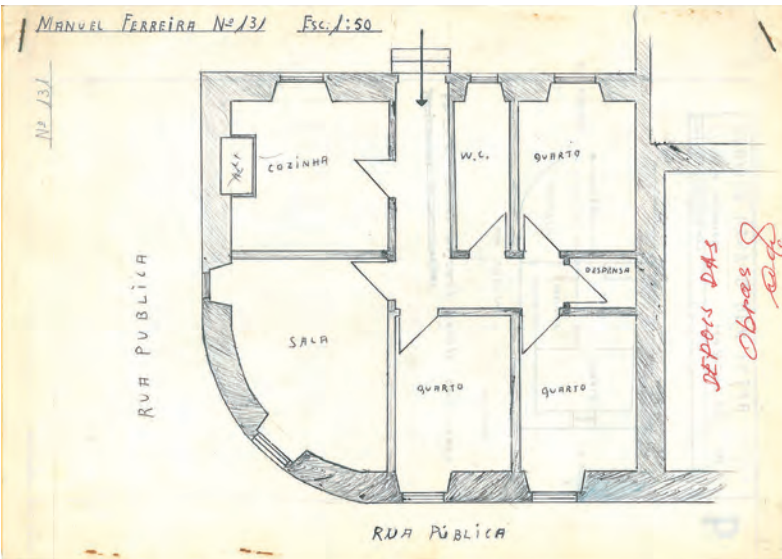
Ao nível da integração de cada casa no enquadramento urbano e arquitetónico, o objetivo é manter o *espírito do lugar rural*, com a reinterpretação e valorização de elementos estéticos e arquitetónicos considerados característicos das aldeias, ainda que variáveis consoante a região do País. Esse enquadramento concretiza-se pela utilização de materiais e *expressões* locais. A Norte, recorre-se a alvenarias de pedra com cunhais e guarnições de vãos salientes à vista. Enquanto a Sul se prefere a taipa, a cal, a marcação de limites de propriedade e o guarnecimento e decoração de vãos através da pintura e/ou saliências no reboco. Utilizam-se, geralmente, a madeira para estruturas de coberturas e pisos, guardas, pavimentos e forros de teto; telha cerâmica para o revestimento das coberturas, dando especial atenção à expressão dos beirados respetivos. São também desenvolvidos, por aldeia, desenhos-tipo de varandas, guardas, janelas, portas, chaminés, fogões e elementos urbanos (como «alminhas» e fontanários), com características semelhantes aos existentes em diferentes *ambientes* rurais.

Em algumas das aldeias, que foram alvo de ações patrocinadas pela JCI, constatou-se que, atualmente, as habitações intervencionadas ao abrigo deste Programa se apresentam integradas de forma subtil e quase impercetível, sendo definidoras de uma linguagem *vernácula rural*, que influenciou construções adjacentes e povoações vizinhas. Poder-se-ia afirmar que, do ponto de vista dos objetivos da JCI, este foi, certamente, um dos programas mais bem-sucedidos que promoveu.

Os projetos das habitações foram, pelo menos em parte, desenvolvidos por projetistas ligados à JCI, como mostram os desenhos assinados e a correspondência que consta dos processos de projeto e acompanhamento de obra da JCI. Muitos dos colaboradores eram estudantes de Arquitetura, como Neves de Oliveira (N. O.), Henrique Luís Matta y Aranda, Isabel Macieira, Isabel Celestino da Costa, com apoio dos desenhadores Vasco Lobato, J. R., António Vítor Ferreira, R. Tei-

FIG. 3 Planta do Plano Diretor da aldeia de Prados (distrito da Guarda).
Biblioteca/Arquivo da DGADR/MAFDR





xeira, T. M., R. G. Ferreira, Mateus, Jorge Fragoço, L. Botelho. Nos processos das obras, as referências a construtores ou empreiteiros resumem-se aos senhores Severino, na aldeia de Prados (Celorico da Beira, Guarda), e Barra na aldeia de Toito e na Quinta Gonçalo Martins (Guarda).

A estratégia geral de atuação da JCI consistia em procurar nas aldeias alvo de intervenção quais os mestres carpinteiros ou pedreiros que, mediante pagamento mensal, se encarregariam de orientar e aconselhar os executores. Na maior parte dos casos, estes seriam os próprios beneficiários das obras de construção ou beneficiação das respetivas casas de habitação. Desta forma, procura-se facilitar o decurso dos trabalhos, por serem habitantes das aldeias com conhecimento adquirido sobre os recursos humanos e as características do *habitat* local, bem como tornar menos dispendiosas as obras, evitando o recurso a empreitadas (JCI, 1965).

No Programa de Bem-Estar Rural, para além de habitações, a JCI defende que o *problema da casa rural* é indissociável de outros elementos, de caráter mais coletivo, como equipamentos, saneamento e reorganização urbana (JCI, 1965). Neste sentido, colabora com várias entidades particulares, organismos de Estado e autarquias locais que estejam empenhadas em cumprir os objetivos de fazer de forma integrada a renovação e a intervenção urbana a diferentes níveis.

Deste modo, dentro do mesmo Ministério da Economia, a JCI coopera, principalmente, com outras direções-gerais que fazem parte da Secretaria de Estado da Agricultura, mas, também, com as da Secretaria de Estado da Indústria. Assim, colabora com a Direção-Geral dos Serviços Agrícolas para o estabelecimento de centros de extensão agrícola familiar nas aldeias em que intervém. Estes centros, criados ao abrigo de legislação publicada em 1957, eram responsáveis por ministrar cursos sobre cuidados de higiene, puericultura, alimentação, limpeza e manutenção das habitações, bem como outros relacionados com artesanato para

FIG. 4 Exemplo de projeto para a habitação n.º 131 de Manuel Ferreira, na aldeia de Prados. Arquivo GPP/MAFDR

FIG. 5 Fotografias do exterior da habitação n.º 131 de Manuel Ferreira, na aldeia de Prados. Arquivo GPP/MAFDR

produção de produtos locais, como a tapeçaria (JCI, 1966b). Coadjuva a Direção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas na florestação dos baldios, como aconteceu no apoio dado à sementeira de penisco (semente de pinheiro-bravo) nos respetivos baldios junto à aldeia de Prados (JCI, 1966b). Coopera, ainda, com a Direção-Geral dos Serviços Elétricos (Secretaria de Estado da Indústria) para a eletrificação das aldeias e, em alguns casos, das habitações (JCI, 1963).

A JCI promove, igualmente, parcerias e trabalhos conjuntos com outros ministérios. No Ministério das Corporações e Previdência Social recorre, sobretudo, ao Serviço de Inquéritos Habitacionais, para realizar os inquéritos económico-habitacionais em aldeias que podem ser intervencionadas (JCI, 1966a), e à Junta Central das Casas do Povo, para desenvolver equipamentos públicos coletivos (igrejas, centros de convívio, postos médicos, casas do povo, etc.) (JCI, 1963). No Ministério do Interior, solicitou apoio ao Instituto de Assistência à Família, para a realização de inquéritos que aferissem as necessidades das famílias de menores recursos quanto a mobiliário e utensílios domésticos, que a JCI assumiria a responsabilidade de fornecer³².

O Ministério das Obras Públicas é solicitado para várias ações. A pavimentação e renovação urbanística de ruas, praças e melhoramento dos caminhos de acesso às aldeias são realizados em cooperação com a Direção-Geral dos Serviços de Urbanização. O abastecimento de água e saneamento, com fontanários e/ou ligação de ramais às habitações, realiza-se através da Direção-Geral dos Serviços Hidráulicos (JCI, 1963).

A nível distrital, a JCI colaborou, certamente, com diversas entidades, ainda que a informação encontrada seja escassa. Um caso identificado está relacionado com a criação do centro de ajuda rural (JCI, 1966a), no âmbito do Plano de Ajuda Rural promovido pelo Governo Civil do Distrito de Coimbra. A Fundação Calouste Gulbenkian aparece, igualmente, associada a este Programa, não estando completamente esclarecidos a natureza deste envolvimento e o tipo de assistência ou apoio que foi prestado (JCI, 1966a).

A conceção de um plano de intervenção global em cada aldeia, que pode incidir apenas nas habitações, decorre de um pedido direto à JCI. Os emissores destes pedidos são diversos, desde empresas e proprietários de terrenos agrícolas adjacentes às aldeias, a personalidades da elite e entidades coletivas locais. Foi possível identificar o estatuto ou a profissão e o nome de algumas destas personalidades (párocos, reverendos, engenheiros, médicos, juizes corregedores, inspetores, proprietários rurais) e, também, entidades como câmaras municipais e juntas de freguesia, governadores civis, casas do povo e comissão de melhoramentos locais ou respetivos presidentes (por exemplo, Manuel Clemente Menéres na aldeia de Vila Verdinho, Macedo de Cavaleiros, Bragança). Surgem, igualmente, como promotores a própria JCI, o presidente da JCI, ou arquitetos (como os arquitetos Pinto Machado e Lizete Veiga Sarmento) e outros funcionários.

³² No conjunto, no início da década de 1960, a JCI teria reunido os dados provenientes de perto de 2000 inquéritos de carácter social e económico, nos quais afirma basear as decisões sobre as intervenções nas aldeias (JCI, 1963).



Depois de a intervenção da JCI numa aldeia estar viabilizada, o requerimento para assistência técnica e financeira em cada habitação deveria ser feito diretamente pelo interessado, normalmente o proprietário da mesma. Contudo, aparentemente, a JCI ou os promotores locais poderiam, também, tomar esta iniciativa, nomeadamente quando fosse necessário intervir numa casa para melhorar as áreas comuns da povoação (alargar uma estrada ou um largo, fazer alguma infraestrutura, como fontanário, lavadouro, etc.). As informações recolhidas indicam que não foram satisfeitos todos os pedidos para intervenção nas habitações, mas não foi possível apurar, cabalmente, os critérios para as opções feitas pela JCI.

A primeira intervenção registada data de 1958, na Aldeia de Vale do «Couço» (hoje *Couce*), no município de Mirandela, promovida por Manuel Clemente Menéres (Casa Menéres/Sociedade Clemente Menéres, L.^{da}) em estreita colaboração com a JCI, como projeto-piloto para o desenvolvimento do Programa de Bem-Estar Rural (JCI, 1959), decorrendo sob o olhar atento do Ministério das Obras Públicas. De salientar, também, a aldeia da Pala (Baião/Porto), intervencio-

FIG. 6 Fotografia do exterior da mesma habitação das figs. 4 e 5, como se encontra atualmente. Arquivo do IHRU

nada no seguimento da construção da Barragem do Carrapatelo no rio Douro, de forma a realojar a população que ficou com a casa submersa, tornando, aparentemente, esta ação num caso pontual relativamente a outras situações semelhantes em que os habitantes eram simplesmente expropriados e/ou (escassamente) indemnizados.

As intervenções do Serviço de Bem-Estar Rural estão disseminadas pelo território do continente, concentradas especialmente nos distritos mais a centro/norte, como Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Vila Real e Viseu. Com menos impacto nos distritos mais a sul, como Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Santarém e Setúbal, ou, ainda, no extremo norte, como Viana do Castelo. De mais de uma centena de aldeias referenciadas destacam-se, pela multidisciplinaridade da intervenção e a colaboração entre diversos ministérios e entidades envolvidas, bem como pelo impacto e pela extensão das intervenções no aglomerado, as seguintes aldeias: Montes Velhos (Beja), Vila Verdinho (Bragança), São Miguel de Poiães (Coimbra), Prados (Guarda) e Pala (Porto).

Casas para Famílias Pobres

O Programa de Casas para Famílias Pobres promove a construção da *casa mínima* com a intervenção direta do Estado, através de assistência técnica e financeira. Uma análise da localização geográfica das mesmas mostra que surgiram em aldeias, vilas e bairros em áreas rurais ou zonas de transição nas maiores cidades. O Programa³³ começa em 1945 e continua em execução durante as restantes décadas do Estado Novo, enquadrado pelo Decreto-Lei n.º 34 486 (6 de abril de 1945), atualizado, no ano seguinte, pelo Decreto-Lei 35 578 (4 de abril de 1946).

A assistência técnica e financeira do Estado é exercida diretamente através do Ministério das Obras Públicas, em estreita colaboração com os corpos administrativos e misericórdias locais. No caso das misericórdias, e possivelmente das câmaras municipais também, é necessária a anuência da Direção-Geral de Assistência, que definia o grau de urgência das obras que as instituições de assistência pretendem levar a cabo. As obras de edificação requeridas pelas entidades locais são aprovadas nos planos ordinários ou planos suplementares de carácter anual do Estado.

A assistência financeira consiste na comparticipação de 10 contos por fogo, provenientes em partes iguais do Comissariado/Fundo de Desemprego e do Orçamento Geral do Estado. Os fogos são arrendados pelas entidades proprietárias (municípios e outras instituições, como misericórdias), a título precário, nas condições consignadas em regulamento do Ministério do Interior.

A partir da aprovação das obras requeridas, são lançados concursos de empreitadas pelas entidades requerentes para a execução dos trabalhos já com orçamentos predefinidos pelo Ministério das Obras Públicas. As participa-

³³ A documentação acerca deste Programa é numerosa e encontra-se distribuída pelos arquivos de vários organismos e, por vezes, associada ao Programa Património dos Pobres. Foram consultados alguns dos fundos e das publicações existentes no MTSSS/Biblioteca do Gabinete de Estudos e Planeamento e Arquivo da Secretaria-Geral (Pastas: DGPHE/DGP 07/02; *Boletim do Ministério das Obras Públicas*, de maio de 1948 e de 1951 a 1965; portarias do Ministério das Obras Públicas/Comissariado do Desemprego 1946-1954. No ME/Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas (Recortes de Imprensa; Caixa n.º 49; Folhetos: cota 11167). No MC/Arquivo SIPA/IRHU, Projetos com peças desenhadas e peças escritas: Fundo DGMN_CE_Casas_Económicas-29 (CE-141 a CE-0467); GAPHE BD Coleção de Desenhos (2977 a 12714); Fundo PragaL_FRD_5000-6327 (contentor 31 a 203).



ções são pedidas ao Comissariado/Fundo de Desemprego pela Direção-Geral dos Serviços de Urbanização depois de receber confirmação dos autos de medição feitos pelas suas equipas de fiscalização. As participações concedidas pelo Estado são enviadas diretamente pelo Ministro das Obras Públicas, ficando registadas em portarias.

A assistência técnica é prestada através da elaboração de projetos-tipo por arquitetos do Gabinete de Estudos da Habitação integrado na Direção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização. Os projetos são cedidos às entidades requerentes, sendo realizada a fiscalização e orientação do decorrer dos trabalhos no terreno pelos técnicos das direções regionais dos serviços de urbanização.

Pela abrangência geográfica e pelo número de fogos construídos, a implementação das Casas para Famílias Pobres, foi o Programa deste conjunto que se apresenta com mais impacto em Portugal continental e nas ilhas. Além de cidades, abrangeu também numerosas localidades rurais. Um dos principais objetivos do Programa é suprir as necessidades de habitação, identificadas diretamente pelas entidades locais, para os grupos sociais que não têm acesso ao Programa das Casas Económicas. Porque, como argumenta o deputado Amaral Neto na AN, «a habitação é a segunda das necessidades essenciais da existência [...] E dela não depende menos a saúde moral. Esta não será só questão de cubagem e de vidros nas janelas; mas, escreveu Charles Gide, há certas virtudes elementares, como o asseio e a decência, cuja prática é absolutamente incompatível com um alojamento sórdido» (Neto, 1953).

Os projetos para estas *casas mínimas* foram desenvolvidos segundo tipologia, categoria, número de pisos e região do País. Cada projeto tinha assim um

FIG. 7 Fotografia do conjunto habitacional no bairro de casas para famílias pobres na cidade de Aveiro ou bairro da Misericórdia pouco depois da sua conclusão na década de 50. SIPA/IHRU

FIG. 8 Fotografia do mesmo conjunto habitacional no bairro de casas para famílias pobres na cidade de Aveiro ou bairro da Misericórdia em 2017. Arquivo do IHRU



FIG. 9 Bairro de casas para famílias pobres em Urgezes, Guimarães (distrito de Braga), 1960. *Boletim MTSSS*, 1960

BRAGA — Bairro de casas para famílias pobres, em Urgezes (Guimarães)

código composto por letras e algarismos, como o tipo MU-20, em que a abreviatura «MU» significa Melhoramentos Urbanos e o nome da direção integrada na DGSU. A pesquisa de arquivo e as missões permitiram verificar que esta tipologia MU-20 foi, igualmente, usada pelos MONAC e Património dos Pobres nos bairros que promoveram.

Das tipologias registadas, as MU-6, MU-9, MU-10, MU-12, bem como a MU-20, eram divididas em categoria A, B, ou mesmo Ar ou Br. Estas correspondiam a categorias ainda mais básicas, podendo ser de um ou dois pisos. As características regionais representavam variantes a partir das tipologias desenvolvidas, em que se alteravam pormenores de acabamento e se faziam estudos de cores diferenciados. Desta forma construía-se tipologias que correspondiam a visões regionais desenvolvidas pelos técnicos, apelidando-as, por exemplo, de MU-10 Litoral, Algarve ou Trás-os-Montes.

FIG. 10 Bairro de casas para famílias pobres em Serpa (distrito de Beja). Arquivo do IHRU





FIG. 11 Fotografia do final da construção do bairro de pobres de Viseu. SIPA/IHRU

Alguns dos responsáveis pela construção das casas e dos bairros registados, presumivelmente integrados no Gabinete de Estudos de Habitação, foram identificados através das referências disponíveis nos boletins publicados em finais da década de 1950 pelo Ministério das Obras Públicas³⁴. Identificaram-se os seguintes arquitetos: Álvaro da Fonseca³⁵, Rodrigues Lima, Carlos Alberto Oliveira, Pinto, Rui Silveira Borges, Castro Freire, Mário F. Bonito, Américo Damásio, Carlos Negrão, Alberto Sousa, Eugénio Correia, Alberto Silveira Ramos, Manuel Maria Laginha, Lima Franco, António Gomes Egêa, Carlos Ramos, António Faria, António do Couto Martins, Rui Jervis de Atougua (*sic*), Firmo Abreu da Silva, João Queirós, José Dias Moreira, Daniel da Silva Carvalho, Rodrigues de Lima, Francisco Augusto Baptista, Fernando Ferreira, Luís N. Guedes. São também referidos os engenheiros António Rebelo Costa e Abreu, Francisco Marques Maia, Celestino Davis, António Faria, Alfeu Pereira de Almeida, Jaime Dias Cordeiro, Carlos Filipe Pimentel (direção de obra), Almiro Gomes Lopes, Mário Dore, António Faria e Manuel Duarte Gaspar. Surgem, ainda, os nomes de vários agentes técnicos de engenharia: Rui Barbosa de Matos, João Lopes, José da Silva Mendes Cardoso e António Pacheco.

A nível urbano, os bairros são localizados em zonas periféricas de expansão das localidades, apresentando tipologias de casa térrea unifamiliar e edifícios de dois pisos plurifamiliar. As expressões arquitetónicas são diversificadas, conforme a localização geográfica, tipo de localidade ou projetistas, mas sempre com um caráter de unidade de bairro reconhecível e delimitada. De um modo geral, apresentam-se com uma qualidade e expressão arquitetónica e construtiva semelhantes aos de equipamentos públicos espalhados pelo País, como escolas e

³⁴ Estas obras podem ser localizadas através da seguinte referência: Portugal, Ministério das Obras Públicas. «Obras Públicas concluídas em 1957 a 1959», in *Boletim...*, Lisboa. Arquivo da Secretaria-Geral do MTSSS.

³⁵ Este arquiteto surge também ligado às casas promovidas pelo Movimento Nacional de Auto-Construção.

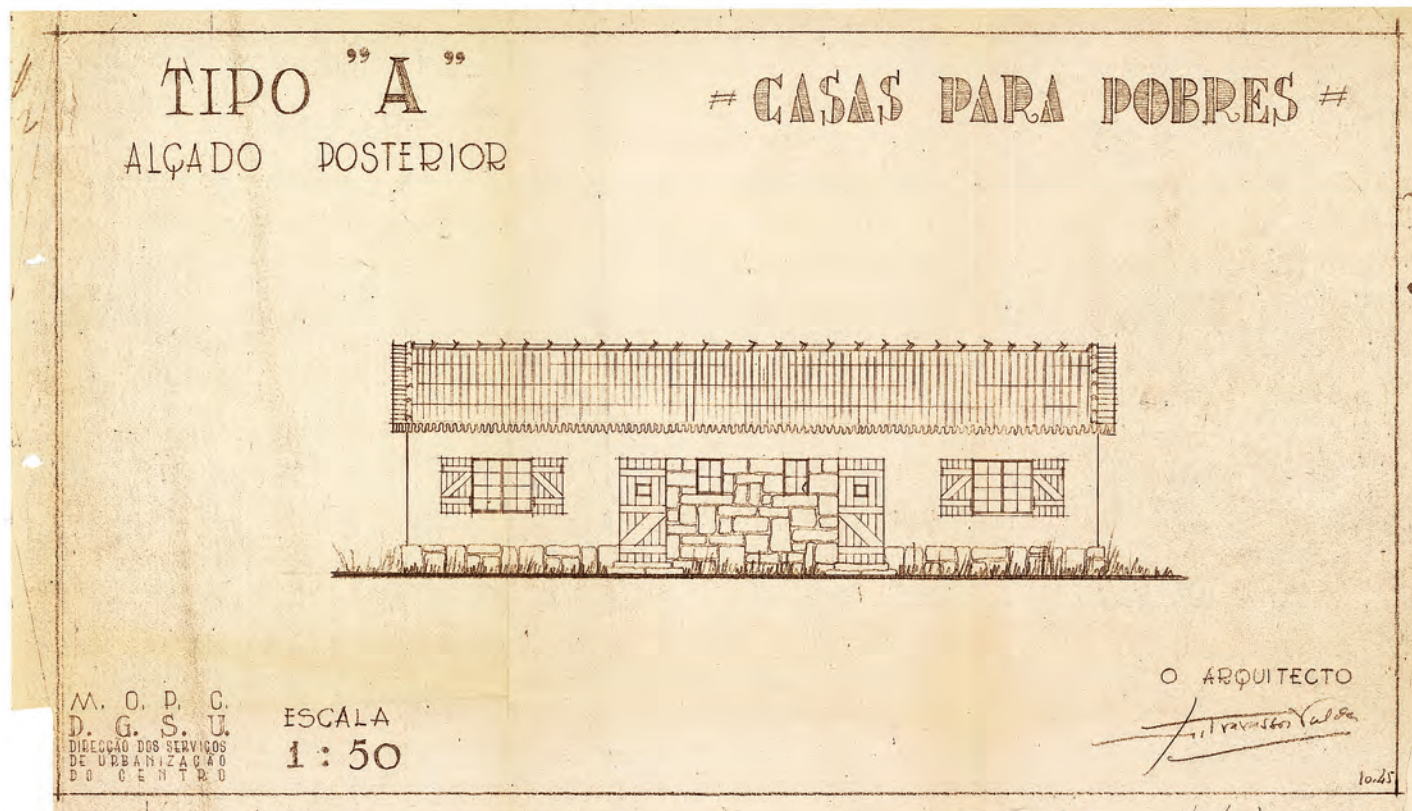


FIG. 12 Projeto do tipo A de casas para as classes pobres, uma das tipologias aplicada no bairro de pobres de Viseu. SIPA/IHRU

casas do povo. Nestas obras detalham-se cunhais, beirados, guarnições de vãos, janelas e alpendres, respondendo às exigências mínimas de salubridade e área por habitante. Atualmente, estes bairros apresentam-se como áreas consolidadas da malha urbana das localidades onde foram construídos.

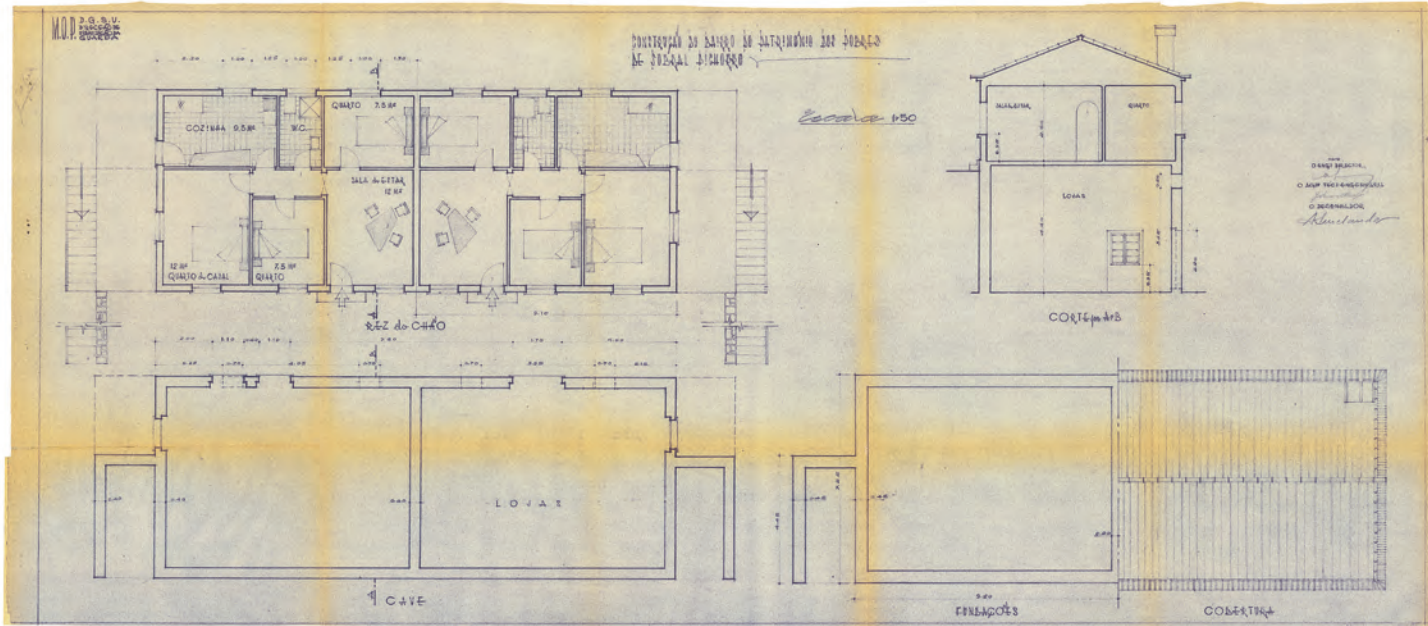
Programas com intervenção indireta do Estado

Bairros do Património dos Pobres

O Movimento do Património dos Pobres emerge como uma tentativa de resposta ao problema das condições precárias da habitação em *meio rural* (Leal, 2017), integrado na Obra do Padre Américo (de nome próprio Monteiro de Aguiar)³⁶. A iniciativa³⁷, que parte do Padre Américo, surge em 1951 como um «movimento social e habitacional na ajuda à (auto) construção de moradias e bairros destinados às famílias pobres ou com dificuldades económicas, radicando-as nos seus lugares de residência» (Leal, 2017, p. 234). Nas palavras do próprio, trata-se de uma «obra urgente e inédita, que aloja os sem-abrigo — e sacode o País da inércia quanto ao problema habitacional dos indigentes... [...] [É] propriedade das Comissões Fabriqueiras, visto que o Património dos Pobres é uma Obra essencialmente paroquial e, actualmente, envereda pelos chamados ‘pequenos auxílios’ a famílias de trabalhadores que se dispõem, heroicamente, a erguer suas

³⁶ A obra de rua do padre Américo foi constituída por despacho do Subsecretário de Estado da Assistência Social em inícios de 1947 (*Diário do Governo*, 2.ª série, n.º 51, março de 1947). O Património dos Pobres é de iniciativa da Obra de Rua, mas está ligado a cada paróquia e carece de regulamento aprovado pelo bispo da respectiva diocese. O Património dos Pobres é um instituto de assistência e beneficência de utilidade local, conforme o disposto no Código Administrativo vigente na época.

³⁷ Especificamente sobre a ação deste programa foi consultada a documentação à guarda do AMG/Arquivo Paroquial de Grândola (Pasta: Património dos Pobres), ainda que surjam informações em outros fundos consultados (v. n. 33).



próprias moradias em regime de Autoconstrução» (Leal, 2017, p. 234; Aguiar, 2012, p. 248).

Para além dos donativos particulares, em dinheiro ou materiais, e da oferta de terrenos pelas juntas de freguesia, há referências a apoios de outras entidades, como a Fundação Calouste Gulbenkian, e a parcerias com o MONAC, particularmente nos bairros habitacionais em Coimbra (MONAC, 1960).

Como obra paroquial que pretende ser, é defendido, desde o início, que os terrenos para as edificações sejam cedidos pelos próprios paroquianos à fábrica da igreja paroquial, por se tratar de uma entidade que tem personalidade jurídica, aceita doações, respeita condições e oferece garantias de dar continuidade ao Programa (Aguiar, 1951, p. 1). Para enquadrar a ação desenvolvida no âmbito do Património dos Pobres, é elaborado um regulamento específico, aprovado a 3 de outubro de 1951, pelo bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, o qual é publicado em forma de folheto (Leal, 2017, p. 346) e distribuído pelas paróquias. Segundo o regulamento, as casas são cedidas aos beneficiários a título precário, enquanto necessitarem, podendo passar esse usufruto para os familiares, mediante aprovação da comissão administrativa da fábrica da igreja de cada paróquia. São descritos, também, os princípios construtivos e os tipos de materiais a empregar na execução das casas, condicionados, de uma forma pragmática e às matérias-primas disponíveis no local da edificação e ao gosto do construtor. Nesse folheto, a par do regulamento, são apresentados exemplos orientadores do aspeto e tipo arquitetónico das casas, através de desenhos de plantas e alçados e de fotografias dos primeiros bairros já concluídos.

FIG. 13 Plantas do projeto para o Património dos Pobres em Sobral Pichorro (distrito da Guarda), com três quartos e instalação sanitária interior. SIPA/IHRU



FIG. 14 Fotografia das duas casas para o Património dos Pobres em Sobral Pichorro (distrito da Guarda), atualmente. Arquivo do IHRU

FIG. 15 Fotografia do bairro de casas do Património dos Pobres na Amareleja (distrito de Beja). Fotografia de trabalho de campo, Amareleja, 2017



Os bairros do Programa do Património dos Pobres são promovidos e construídos, geralmente, em zonas periféricas das localidades com casas unifamiliares em banda ou isoladas. Cada casa apresenta as condições mínimas de salubridade, ventilação, chaminé, áreas interiores e, preferencialmente, com algum terreno junto à habitação que os moradores possam cultivar. As construções são de extrema simplicidade e de caráter espartano, sem qualquer tipo de distinção ou traço arquitetónico relevante, para além da utilização de materiais locais e do beirado de remate da cobertura em telha cerâmica. A marcação que assinala visivelmente estes conjuntos é feita através de uma placa em pedra, azulejo ou em alto-relevo com um motivo religioso na fachada, com a designação de «Património dos Pobres» (é o caso do Bairro da Amareleja), ou com a toponímia referente diretamente ao Programa, como «Rua do Património» (como em Elvas). Estes bairros localizam-se, atualmente, em áreas consolidadas da malha urbana. Contudo, apesar da integração espacial, estes conjuntos habitacionais continuam a ser identificados pela população local, como o «bairro do património», ou «bairro dos pobres», representando de certa forma uma estigmatização ou segregação social, mais do que urbanística.

No início, o Programa estava exclusivamente dependente de doações feitas por particulares e empresas, diretamente ao Padre Américo ou à fábrica da igreja local, com um orçamento referencial de «12 contos», necessários para a construção de uma casa em regime de autoconstrução. A partir de 31 de março de 1951, o jornal *O Gaiato* divulga publicamente as notícias do Programa em dois tipos de artigos. Um sobre o estado de construção dos bairros, a iniciar, em execução ou já prontos a entregar, indicando a localização e o número das habitações. Estes artigos começam por surgir sob as rubricas «Casa para Pobres», «Contrastes»,

«Uma Inauguração», «Casas» e, posteriormente, «Património dos Pobres», que inclui a divulgação do regulamento. O segundo tipo de rubrica, geralmente a par do primeiro, dava conta das doações recebidas pelas fábricas da igreja local ou, a situação mais comum, as diretamente enviadas ao Padre Américo, agradecendo e relatando origem, natureza e quantidade, mesmo quando se tratava de doações anónimas.

O Programa passa a ser apoiado e financiado pelo Estado depois de o deputado Magalhães Ramalho ter levado o tema à Assembleia Nacional, a 13 de dezembro de 1951 (Ramalho 1951). Este facto foi noticiado pelo Padre Américo em *O Gaiato* (n.º 205, de 5 de janeiro de 1952): «Este movimento rural de casas para pobres já chegou à Assembleia Nacional»; «As casas dos pobres já entraram no Parlamento!» (Aguiar, 1952, p. 2). Reforçando um dos temas levados à Assembleia Nacional, o Padre Américo afirma: «Porém, na qualidade de Procurador-Geral dos Pobres, eu muito desejaria que as câmaras de todo o país prestassem facilidades a todo o homem pobre que se aventura a construir pelos seus meios ou com esmolas, a sua própria casinha.» Em seu entender, «A câmara tem de orientar. Tem de ser a senhora do giz. Mas isto entenda-se no sentido de auxiliar.» (Aguiar, 1952, p. 2).

Apesar de o Padre Américo referir a discussão na AN, de facto, fala apenas diretamente para as autarquias locais, pedindo-lhes apoio (Aguiar, 1952, p. 2) para a resolução do problema já apontado pelo deputado Magalhães Ramalho. Na intervenção da AN, este revela a percentagem dos impostos a pagar às câmaras pelas casas promovidas pelo Património dos Pobres, de alguma forma sugerindo o apoio em forma de isenção ou redução dos respetivos impostos a cobrar. Para além do poder local, é feito também um apelo direto ao poder central, Ministérios das Finanças, Interior, Obras Públicas, ou mesmo, Justiça para que encontrem ou criem meios legais de apoio ao Programa (Ramalho, 1951). Com efeito, no dia 22 de janeiro de 1952, o deputado Magalhães Ramalho, transmite na AN que os apoios estão já a ser prestados, tanto pelo Ministério das Finanças, conforme o Ministro já tinha confirmado diretamente ao deputado, como pelas câmaras e secções concelhias de finanças (Ramalho, 1952).

Ainda que não tenha sido possível encontrar documentos que, inequivocamente, o comprovem, tudo indica que o Programa do Património dos Pobres passou a ser financeiramente apoiado pelo Estado, para além das câmaras, na isenção ou redução de impostos. Ao mesmo tempo que, através da Direção-Geral de Assistência, do Ministério do Interior, recebia apoio para *recheiar* as casas. Aparentemente, o Programa Património dos Pobres foi integrado no âmbito do Decreto-Lei n.º 34 486 (6 de abril de 1945), que define o regime de apoio à construção de «casas para famílias pobres», equiparando, possivelmente, a fábrica da igreja a uma misericórdia. Tal como acontecia no Programa das Casas para Famílias Pobres, as participações para este Programa são de 10 contos por fogo, atribuída em partes iguais pelo Comissariado/Fundo de Desemprego e pelo



FIG. 16 Fotografia do bairro de casas do Património dos Pobres em Elvas (distrito de Portalegre).
Fotografia de trabalho de campo, Elvas, 2017

Orçamento Geral do Estado. Este indicio é reforçado pelo facto de os bairros do Património dos Pobres começarem a aparecer nos boletins anuais sobre as obras concluídas do MOP, sendo os primeiros de que há registo encontrados no *Boletim do MOP* de 1951, construídos em Soure, no distrito de Coimbra (MOP, 1951). A partir de 1957, as referências aos bairros do Património dos Pobres multiplicam-se, a par dos Programas das Casas para Famílias Pobres e das Casas Económicas. Estes bairros surgem, especialmente, nos distritos de Aveiro (Eixo, São Jacinto, Murtoza, e São João da Madeira), Viana do Castelo (Ponte da Barca), Viseu. O último bairro registado nos boletins data de 1961 em Moncorvo, distrito de Bragança (MOP, 1957).

Ainda que a edificação de bairros do Património dos Pobres se tenha concentrado no eixo constituído pelos distritos de Aveiro, Porto e Braga, também foram construídos bairros nos distritos de Beja, Bragança, Coimbra, Guarda, Lisboa, Portalegre, Porto, Setúbal, Viana do Castelo, Viseu e Angra do Heroísmo.

Movimento Nacional de Auto-Construção

O Movimento Nacional de Auto-Construção (MONAC) surgiu no âmbito da União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho (UCIDT)³⁸. Esta foi criada, em 1952, para responder ao pedido direto de Eugenio Pacelli, o Papa Pio XII, a Horácio de Moura³⁹ numa das visitas que fez ao Vaticano, no sentido de mobilizar os leigos católicos para a resolução dos problemas habitacionais dos mais pobres. Os estatutos foram atribuídos em 1960, ficando o MONAC no âmbito da velha associação Ação Católica, mas com independência. O Movimento surge como uma resposta de carácter social às carências habitacionais em contextos urbanos e rurais. Ainda que tenha iniciado atividades antes, o MONAC é fundado oficialmente em 1955, obtendo estatutos próprios, e é liderado por Horácio de Moura, que também é o responsável pela UCIDT.

O Movimento iniciou as atividades no distrito e na cidade de Coimbra, sendo as primeiras experiências construtivas realizadas sem qualquer assistência do Estado. Foram exclusivamente apoiadas e financiadas pelo arcebispo de Coimbra, Ernesto Sena de Oliveira, que foi considerado pela organização como o construtor n.º 1 do Movimento (MONAC, 1960). O Movimento define como estratégia a construção de 2500 fogos espalhados pelo País (Moura e Oliveira, 1953).

Em 1953, o deputado Amaral Neto refere-se na Assembleia Nacional à atividade da UCIDT (Neto, 1953). Numa publicação própria, em 1960, o MONAC pede expressamente o acesso às caixas de previdência como credor para a construção das casas (MONAC, 1960). Mas é apenas a partir de 1962, decorrida quase uma década do início do Movimento e das primeiras experiências que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 44 545 (25 de outubro de 1962), as iniciativas de autoconstrução podem ter acesso a um empréstimo. Este decreto-lei define o regime de apoio específico à autoconstrução, estabelecendo as condições para a prestação de assis-

³⁸ A Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) é a atual herdeira da UCIDT.

³⁹ Era engenheiro, desempenhou vários cargos públicos, entre os quais governador civil de Coimbra.



FIG. 17 Capa do *Jornal da MONAC*, n.º 2, 1955. Biblioteca Nacional de Portugal

tência técnica e a concessão aos chefes de família, que se encontrem ao abrigo do artigo 256.º do Código Administrativo e pretendam construir a sua própria casa, de um empréstimo reembolsável em 10 anos e no valor de 25% do custo do terreno e da construção.

A construção é desenvolvida pelo próprio beneficiário, num sistema de auto-construção, com apoios prestados na cedência de materiais, assistência técnica de projeto e em obra. Os empreendimentos foram promovidos pelo MONAC, em



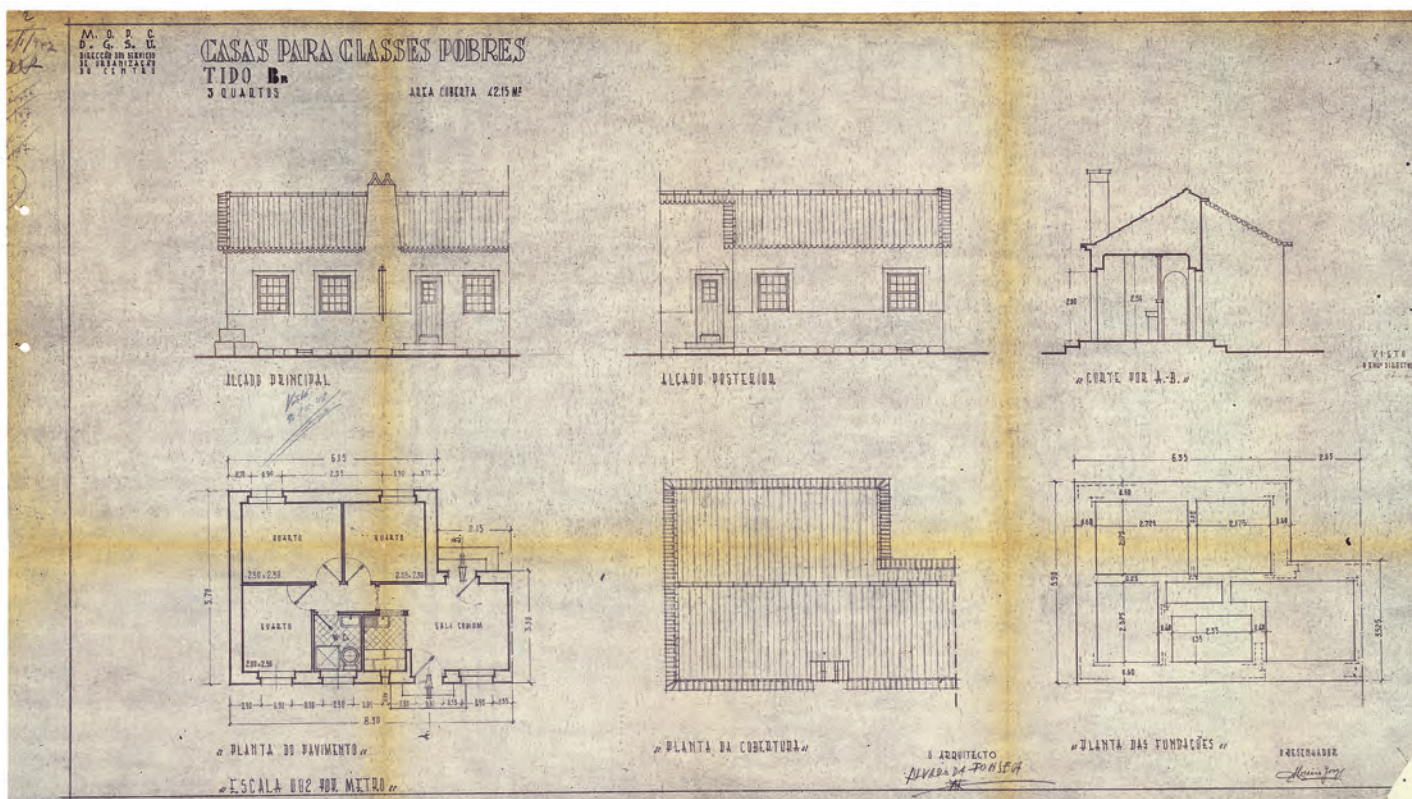
FIG. 18 Capa do processo do projeto do Bairro de Lorvão (distrito de Coimbra), 1948, sendo a sua implementação reclamada pela MONAC. SIPA/IHRU

conjunto com câmaras municipais, estando os estaleiros de obra com orientação e fiscalização da Direção dos Serviços de Urbanização, do Ministério das Obras Públicas. Estabelecem-se, também, ligações com os Serviços Sociais das Ligas Católicas Portuguesas.

Os beneficiários escolhidos deveriam ser trabalhadores dedicados, por conta de outrem, sem casa própria, que desejassem construir a própria casa e se provasse terem uma vida «irrepreensível». A construção deveria dispersar-se pela cidade, de forma a assegurar aos operários o acesso a casa própria, uma situação que era ainda rara, visando atingir uma *harmonia social* entre classes (Moura e Oliveira, 1953).

Os promotores associados do MONAC são industriais regionais. Entre os quais, Joaquim de Sousa Machado, presidente executivo, da empresa de produtos alimentares Triunfo, ou Nuno Pinto Basto, dono da Vista Alegre, empresa de cerâmica junto a Aveiro.

O Movimento não se apoia num discurso arquitetónico específico, estando, antes, focado na escolha dos beneficiários inscritos, através da avaliação moral das suas vidas (Castela e Bandeirinha, 2016). Apesar disso, desenvolve projetos-tipo de casas para trabalhadores agrícolas, que são semelhantes aos projetos das habitações concebidas pela JCI para as colónias agrícolas. Os alçados são representados com aplicação de pedras locais nos lambrins exteriores, tijolo na marca-





ção de cunhais ou reboco com linhas em baixo-relevo, de forma a dar uma efeito decorativo a baixo custo (Moura e Oliveira, 1953). A preocupação fundamental está na economia de meios de construção, de forma a garantir o máximo de dignidade habitacional, com o mínimo de recursos.

As habitações construídas com base nos projetos-tipo, desenvolvidos por arquitetos indiretamente ligados ao Movimento, como que se sobrepõem nalguns casos a projetistas do Programa de Casas para Famílias Pobres. São desenvolvidos projetos-tipo, especialmente para o meio rural, pelos arquitetos Travassos Valdez e Álvaro da Fonseca. Este último desenvolve, também, projetos de casas para famílias pobres e contribui com a sua experiência, em entrevistas sobre o projeto de casas de custo baixo a partir do *Jornal da MONAC* (MONAC, 1955).

Os bairros são situados, assim como no Movimento do Património dos Pobres, em zonas periféricas de expansão das localidades onde são inseridos. Em cada bairro, as habitações apresentam entre si a mesma expressão arquitetónica, o número de compartimentos e a área total variam conforme o agregado familiar. Apresentam alguns pormenores ao nível dos peitos e das soleiras

FIG. 20 Fotografia de casas existentes no Bairro do Lorrvão (distrito de Coimbra), em 2017. Arquivo do IHRU

<
FIG. 19 Plantas, cortes e alçados com a representação das casas tipo Br de três quartos, modelo utilizado em casas para pescadores e casas para famílias pobres. SIPA/IHRU

de vãos, desenho de chaminés distintivas, beirados de remate da cobertura em telha cerâmica e pontualmente alguma diferenciação na utilização de materiais, consoante a região do País em que se localizam. Na atualidade, estes bairros apresentam-se como áreas consolidadas da malha urbana das localidades onde se encontram.

A maior parte dos empreendimentos localiza-se no distrito de Coimbra, tanto em bairros na cidade, como em Cantanhede, Lorvão e Arganil. Encontram-se, também, casos nos distritos da Guarda (Aguiar da Beira) e de Viseu (Sátão e Castro Daire). De salientar que o Bairro do Lorvão (concelho de Penacova), construído com o apoio do MONAC, foi desenvolvido em parceria com o Ministério das Obras Públicas, para realojar as famílias que residiam no Convento do Lorvão, quando este foi readaptado para receber o *hospital dos alienados*. O governo promoveu a construção de um pequeno agrupamento de casas modestas, que depois de habitadas foram cedidas à Câmara Municipal de Penacova, seguindo a autorização específica do Ministério das Obras Públicas através do Decreto-Lei n.º 37 621 (18 de novembro de 1949). Neste decreto-lei refere-se que são aplicáveis as disposições do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 34 486 (6 de abril de 1945), relativas a subsídios e a política de realojamento no âmbito do Programa de Casas para Famílias Pobres.



FIG. 21 Relatório da atividade em 1971 da Fundação Salazar. SIPA/IHRU

Bairros da Fundação Salazar

A Fundação Salazar foi criada em 1969, com o objetivo de contribuir para a resolução do problema nacional da habitação urbana e para a diferenciação rural, através da promoção da construção de bairros de *casas para pobres*. A constituição da Fundação⁴⁰ decorre de um apelo do Presidente da República, Almirante Américo Tomás, durante um discurso público em 1969, como forma de perpetuar o nome de Oliveira Salazar, «como preito de gratidão ao maior português deste século» (Claro, 1969), prosseguindo o seu «profundo sentimento de solidariedade humana» (Claro, 1969). O patrocínio do Presidente da República manteve-se, o qual aproveitava diversas ocasiões para apelar à colaboração da população e de diferentes entidades. Por exemplo, durante os atos públicos de inauguração de bairros, recorria ao *slogan*: «albergar em casas dignas todos os portugueses nossos irmãos que não têm a dita de as possuir» (Claro, 1969).

A documentação que permita conhecer as atividades da Fundação é escassa, tornando difícil compreender as circunstâncias em que atuava. Aparentemente, para promover os empreendimentos, a Fundação Salazar recorre, sobretudo, a financiamentos privados de particulares e empresas. O financiamento público, também, está presente, possivelmente, legitimado pelo Decreto-Lei n.º 34 486 (6 de abril de 1945), do Programa do Governo para *Casas para Famílias Pobres*, como indiciado pelo deputado Alves Moreira, na AN em 1958, ainda antes da criação da Fundação (Moreira, 1958). Parece que a Fundação estabelecia parcerias com as

⁴⁰ Alguma documentação relacionada com esta organização encontra-se no Arquivo da PR (Correspondência: AG.1222/003).



câmaras municipais locais, que teriam acesso legal ao financiamento público, e que, conjuntamente com as doações e o apoio técnico de projetos-tipo, promoviam e construíaam os bairros.

As características arquitetónicas das construções obedecem a um projeto-tipo de edifícios multifamiliares com vários pisos, de caráter urbano, com tipologia esquerdo-direito acessível através de uma circulação vertical em escada com vãos livres abertos ao exterior, sendo estes uma das marcas mais distintivas para o reconhecimento destes bairros. Apesar de a tipologia mais difundida pelo País corresponder ao edifício multifamiliar, existem também exemplos de habitações térreas unifamiliares, similares entre si em cada bairro. A maioria dos bairros identificados está integrada em áreas consolidadas da malha urbana das localidades.

As primeiras intervenções são reclamadas e divulgadas, especialmente, na Assembleia Nacional por vários deputados. Assim, o primeiro empreendimento concluído parece ter sido simbolicamente em Santa Comba Dão (distrito de Viseu), concelho de origem de Oliveira Salazar, em 1970 (Proença, 1970). Outros se

FIG. 22 Bairro da Fundação Salazar, em Viseu. Arquivo do IHRU



CAMPO MAIOR



ESTREMOZ

FIG. 23 Bairros da Fundação Salazar, em Estremoz e Campo Maior, com a aproximação a uma linguagem mais local. Relatório e contas do exercício da atividade em 1973 da Fundação Salazar. SIPA/IHRU

seguem. Em 1971, referem-se 60 habitações em Setúbal e 96 em Coimbra (Alarcão, 1971); 50 fogos em Braga, 50 em Guimarães, 24 em Barcelos, 20 em Vila Nova de Famalicão e 14 em Fafe (Conceição, 1971). Em 1972, dá-se notícia de que a Fundação Salazar cedeu um terreno à Câmara de Setúbal para a construção de mais 160 fogos (Claro, 1972) e ainda as 80 casas construídas pela Fundação Salazar, que contribuíram para alojar algumas das 420 famílias da Quinta da Alegria, junto aos estaleiros da LISNAVE (Claro, 1972).

Para além destes bairros, há registo da construção de outros em São João da Madeira (distrito de Aveiro), Covilhã (distrito de Castelo Branco), Alpiarça (distrito de Santarém), Coimbra, Évora, Pinhel, Seia e, de forma mais genérica, nos distritos de Leiria, Lisboa e Guarda. A Fundação Salazar privilegiou concelhos com um perfil urbano, ainda que os bairros possam ter sido construídos em zonas periféricas e de transição, entre o urbano e o rural, ou onde as atividades rurais e agrícolas continuavam a ter forte peso económico e social. Contudo, a escassa informação disponível tornou impossível definir o impacto territorial dos empreendimentos da Fundação.

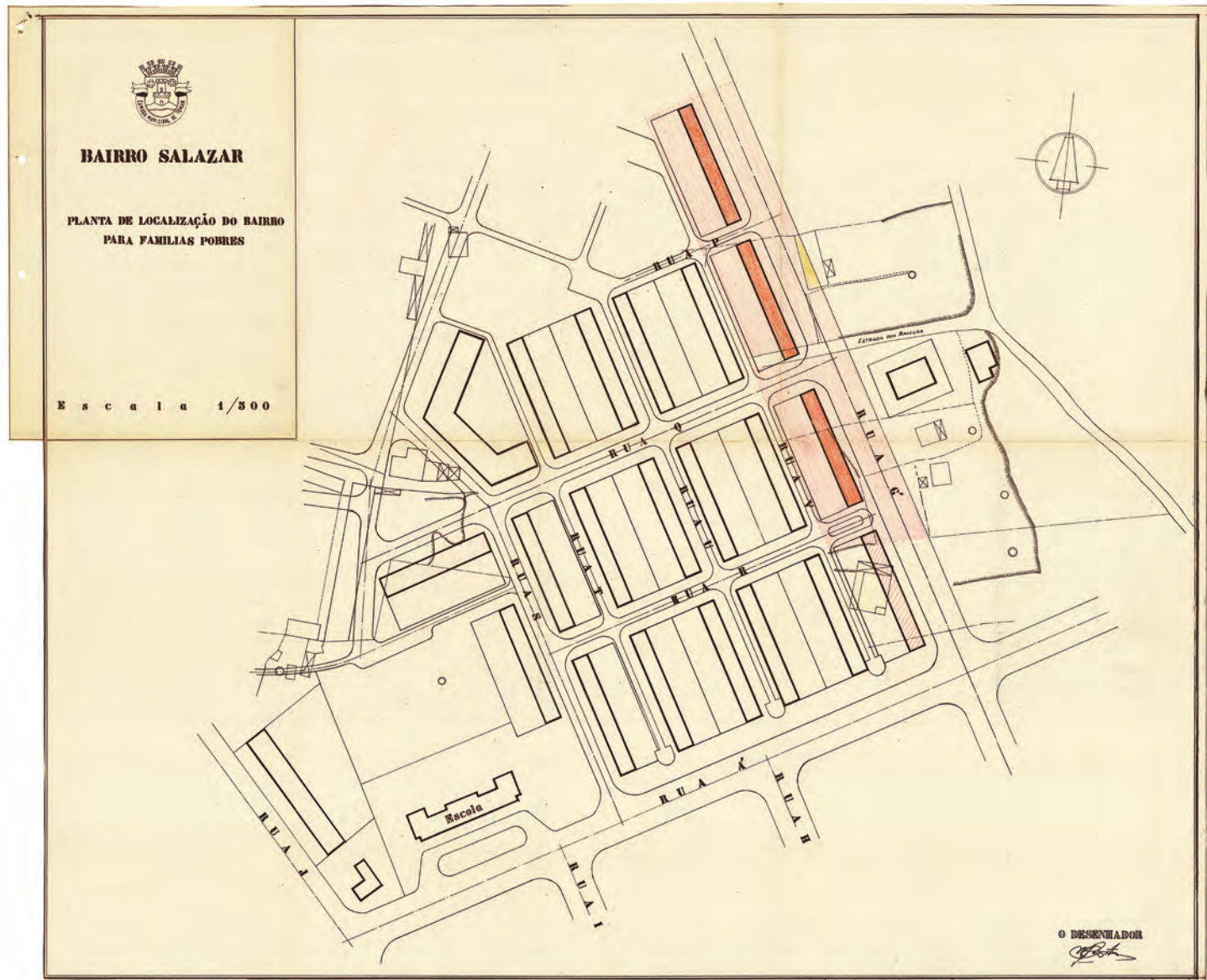
A atividade da Fundação parece ter cessado ou, pelo menos, perdido dinâmica com a Revolução de Abril de 1974. Nesta altura, muitos dos bairros, alguns dos quais ainda em fase final de construção, receberam designações alusivas ao novo contexto político, apagando a memória de Oliveira Salazar, que a iniciativa ambicionava perpetuar⁴¹. A Fundação Salazar foi extinta por diploma de 1979, mas o processo de liquidação foi moroso e controverso, ficando concluído em 2006. Nessa altura, à semelhança do que já tinha acontecido com bairros construídos ao abrigo de outros programas de *habitação apoiada* durante a ditadura, estes empreendimentos passaram para a tutela das câmaras municipais.

Notas conclusivas

A análise dos empreendimentos de habitação apoiada mostra que os problemas específicos, suscitados pela habitação rural, adquiriram escassa relevância para o Estado Novo. Ainda que a habitação apoiada tenha um diploma específico entre os que fundaram os alicerces do novo regime e foram, simbolicamente, publicados no mesmo *Diário do Governo*, em setembro de 1933, essa ação governativa visa apenas os principais centros urbanos do País. Aparentemente, nestes aspetos foram escassas as diferenças entre a I República e o Estado Novo.

Nestes atos inaugurais, como nas décadas seguintes em que governou Portugal, o Estado Novo deu prioridade às medidas que pudessem minorar os problemas da habitação urbana. Por um lado, as soluções para as áreas rurais apresentam-se como subsidiárias das iniciativas que são concebidas para os centros urbanos. É provável que o alargamento destes programas de habita-

⁴¹ Diversos bairros continuam a ser conhecidos por Bairro Salazar ou Bairro da Fundação Salazar, mas em outros casos mudaram de nome depois de 25 de abril de 1974. Por exemplo, em Alpiarça, o bairro ficou concluído em 1974 e, em vez de ser batizado de Bairro Fundação Salazar, tornou-se Bairro 25 de Abril; na Ajuda (em Lisboa) foi batizado Bairro 3 de Maio, aludindo ao dia e mês de 1974 em que foi ocupado.



ção apoiada a núcleos urbanos classificados pelo INE como rurais estivesse relacionado com a pressão das elites e administrações locais, que o governo procurava conter através de diversos mecanismos. Por outro lado, as medidas especificamente dirigidas para as povoações rurais surgem apenas em 1960, depois de na década anterior o êxodo ter levado cerca de 700 mil habitantes a deixar as áreas rurais. Antes desta data, a constituição de colónias agrícolas foi motivada mais por objetivos produtivos e, secundariamente, pela resolução de problemas habitacionais. À semelhança do que se verificou nas colónias agrícolas, também muitas das casas incluídas no Programa de Aldeias Melhoradas foram abandonadas, devido à intensificação do êxodo rural ao longo das décadas de 60 e 70.

FIG. 24 Planta do Bairro Salazar, em Tomar. SIPA/IHRU

As principais preocupações do Estado focaram-se na habitação de operários e outros grupos sociais urbanos que pudessem corroer a base social de apoio, ampliando a contestação social e afetando os poderes instituídos. O Estado vislumbra o problema da habitação urbana como um problema de deslocados, desenraizados das suas localidades/redes sociais de origem, com baixos rendimentos, condições que os torna vulneráveis: indivíduos indefesos, perante os *vícios morais* e a subversão política que grassariam pela cidade. As iniciativas do Estado visam, também, enquadrar necessidades básicas, nas quais uma habitação condigna surge como crucial para prevenir problemas que contribuam para desvios disfuncionais do indivíduo ou da família. Com o crescimento dos centros urbanos, o Estado teme os impactos políticos de fatores de descontentamento social (desemprego, baixos salários, carências alimentares, más condições de trabalho). Estes, para além de poderem ser potenciados pela concentração espacial/habitacional e pelos ritmos decorrentes da natureza do trabalho industrial e urbano, interessavam também a movimentos políticos e ideológicos considerados subversivos. Os governos do Estado Novo, como já os da I República, reconheciam que a transformação de um problema social em político poderia ter várias ignições, desde o interesse/denúncia de um membro da elite local ou da Igreja, até à dimensão pública que o mesmo adquirisse, procurando agir para as evitar.

Nas áreas rurais, pelo contrário, as povoações são de menor dimensão, estão dispersas por territórios vastos e têm ligações difíceis. Além disso, entendia-se que as povoações rurais eram núcleos com população consolidada, estreitamente vinculada ao contexto social e geográfico de origem, devidamente enquadrada por redes sociais (familiares, clientelares, religiosas, etc.), que funcionavam sem intervenção externa do Estado. É certo que o Estado Novo, combinando as características da *natureza* do Estado Moderno com as da *natureza* autoritária que o sustenta, ambiciona estender influência às zonas mais recônditas do território e a todos os habitantes, o que está plasmado na rede de milhares de organismos corporativos que cria a partir de 1933. Todavia, a resolução dos problemas habitacionais rurais não faz parte dessa ambição. Nem pela via da mitigação, através de programas de habitação apoiada concebidos para responder às especificidades das povoações rurais, nem promovendo o aumento dos rendimentos auferidos pelos habitantes. Como notaram diversos autores da época e estudos posteriores, os verdadeiros problemas eram económicos e sociais, decorrentes dos baixos rendimentos obtidos pela generalidade da população rural.

Estas conceções de *vida no campo*, enquadrada numa sociedade e numa natureza perenes, ainda mais reforçadas pelas visões de um bucolismo romântico que perduram pelo século XX e se tornam ideologia de Estado, influenciaram a conceção de alguns bairros com habitação apoiada nas cidades. Estão patentes em

ciudades-jardim, casas unifamiliares, prédios baixos com hortas e pracetas para promover o lazer e a vida social desses desenraizados nas cidades (está, por exemplo, expresso nos decretos-leis sobre casas económicas de 1933 e 1938). Mas também estão patentes nas intervenções especificamente planeadas para as áreas rurais, como as colónias agrícolas e as *aldeias melhoradas*.

A pesquisa mostrou que as iniciativas patrocinadas pelo Estado Novo que visaram o *problema da habitação rural* tiveram um caráter disperso, irregular e diverso. Permitindo ainda constatar, o que foi confirmado durante as missões nas localidades onde foram realizados alguns empreendimentos, o caráter difuso de muitas dessas iniciativas:

- a) Disperso: iniciativas foram promovidas por várias entidades (públicas, corporativas e privadas), visando povoações de diferentes dimensões (aldeias, vilas e bairros em áreas rurais ou zonas de transição nas maiores cidades) em diversos distritos do continente e das ilhas;
- b) Irregular: muitas vezes parece não existir uma sequência cronológica ou a prossecução de um plano previamente definido para a construção de *habitação apoiada* numa localidade ou distrito. Aparentemente, verificam-se, antes, tentativas de responder a solicitações específicas (como a ação de membros da elite laica ou religiosa) ou a situações conjunturais de âmbito nacional, regional e local (momentos eleitorais, por exemplo). Todavia, durante a pesquisa realizada não foi possível confirmar, inteiramente, estas situações;
- c) Diverso: empreendimentos traduziram-se em ações distintas tanto nos recursos financeiros, e outros, mobilizados, como nos resultados finais. Assim, estas iniciativas podem sistematizar-se em duas tipologias: iniciativas para construir novos aglomerados populacionais; outras que visaram fazer *melhoramentos* nas residências permanentes já existentes seguindo critérios estéticos (embelezamento das aldeias), funcionais (reorganização do espaço doméstico e laboral das famílias rurais) ou de saúde pública (combater infestações de ratos, mosquitos, etc.);
- d) Difuso: muitas das obras realizadas, mesmo tratando-se de bairros novos, raramente aparecem destacadas na paisagem ou no contexto urbano em que foram implementados. Esta característica dos programas de *habitação apoiada*, mais notória nas áreas rurais parece estar relacionada com dois fatores. Um decorre da natureza *discreta* dessas intervenções, que procuraram reabilitar habitações já existentes ou construir bairros, às vezes apenas duas ou três casas, que se integrassem no conjunto edificado já existente. Outro está associado ao que aconteceu a essas intervenções desde que foram realizadas: em alguns casos houve uma *contaminação* das habitações contíguas com as soluções

arquitetónicas adotadas, tornando difícil averiguar quais as que foram, de facto, alvo dos programas apoiados pelo Estado; em outros casos, as habitações foram demolidas ou substancialmente alteradas, tornando, igualmente, difícil identificá-las e, de facto, *apagando* a ação estatal do tecido urbano.

A pesquisa permitiu identificar duas estratégias na implementação dos programas de habitação apoiada nas áreas rurais. Uma visou assegurar uma habitação autónoma para as famílias de trabalhadores que se empregavam em indústrias e serviços sediadas em localidades rurais ou, mesmo, nas periferias (ainda) com acentuado carácter rural de algumas cidades (capitais de distrito do Alentejo, por exemplo). Podem incluir-se nesta estratégia muitos dos empreendimentos do Programa de Casas para Famílias Pobres, mas também outros promovidos por entidades da sociedade civil (Património dos Pobres, Movimento Nacional de Auto-Construção e Fundação Salazar). Outra estratégia procurou garantir melhores condições de habitabilidade para as famílias que tinham nas atividades agrícolas a principal fonte de rendimentos, desejando contribuir para manter um *modo de vida rural* e para evitar o êxodo. Neste caso, os empreendimentos podem ter sido, igualmente, promovidos pelas entidades antes referidas e ter dado origem à construção de novos bairros, mas estes parecem ter sido a exceção. Esta segunda estratégia surge sobretudo associada à ação da Junta de Colonização Interna, no âmbito das *Aldeias Melhoradas*, ao abrigo do Programa de Bem-Estar Rural.

As características das iniciativas relacionadas com o *problema da habitação rural* contribuíram para que muitas obras realizadas se tenham mantido, relativamente, discretas. Por um lado, mesmo na época em que as obras foram realizadas, o Estado pode não ter sido apresentado explicitamente como promotor ou participante na iniciativa, sendo esta protagonizada pela entidade local que a viabilizou (casa do povo, Património dos Pobres, junta de freguesia, câmara municipal, empresa, Fundação, etc.). Por outro, a natureza das obras (sem espetacularidade arquitetónica) integrou-as no tecido urbano, tornando-as parte do quotidiano e da paisagem locais. As exceções mais notórias talvez sejam os colonatos promovidos pela JCI, que em muitos aspetos visaram explicitamente assumir-se como rutura com as tendências dominantes nos concelhos onde foram implantados. Para esta quase invisibilidade das obras realizadas nas áreas rurais contribuiu, ainda, a falta de pesquisa académica sistemática sobre o tema, que permitisse identificar os diferentes projetos e os respetivos protagonistas.

Referências bibliográficas

- ÁGOAS, Frederico, 2011. «Saber e poder: Estado e investigação social agrária nos primórdios do século XX». Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.
- AGUIAR, A., 2012. *Obra da Rua*, 5.ª ed. atualizada, Paço de Sousa, Editorial da Casa do Gaiato.
- AGUIAR, A. M., 1951. «Casas para pobres», *O Gaiato*, ano VIII, n.º 185, p. 1.
- , 1952. «Património dos pobres», *O Gaiato*, ano VIII, n.º 205, p. 2.
- ALARCÃO, A., 1969. *Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações Internas 1921-1960*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/CEEAA.
- , 1971. «Sessão n.º 88 da Assembleia Nacional em 26 de fevereiro». *Diário das Sessões*, n.º 88, de 27 de fevereiro, Secretaria da Assembleia Nacional, República Portuguesa.
- Arquitectura*, 1955-1963.
- BAPTISTA, Fernando, 1993. *A Política Agrária do Estado Novo*. Porto: Edições Afrontamento.
- BARRETO, António (org.), 1996. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- BASTOS, E. Lima, e Henrique de BARROS, 1943. *Inquérito à Habitação Rural. Vol. 1. A Habitação nas Províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- , 1947. *Inquérito à Habitação Rural. Vol. 2. A Habitação nas Províncias da Beira (Beira Litoral, Beira Alta e Beira Baixa)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- , 2012. *Inquérito à Habitação Rural. Vol. 3. A Habitação nas Províncias da Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo e Baixo Alentejo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Caminho: Mensário Regionalista do Sátão* (todos os números).
- CAMPOS, João Mota de (coord.), 2006. *Organizações Internacionais. Teoria Geral, Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de Que Portugal é Membro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARRETO, A., 1953. «Sessão n.º 221 da Assembleia Nacional em 19 de março». *Diário das Sessões*, n.º 221, de 20 de março, Secretaria da Assembleia Nacional, República Portuguesa.
- CARRILHO, E., 1964. «Sessão n.º 113 da Assembleia Nacional em 9 de janeiro». *Diário das Sessões*, n.º 113, de 10 de janeiro, Secretaria da Assembleia Nacional: República Portuguesa.
- CASTELA, Tiago, e José António BANDEIRINHA, 2016. «Knowledge Formation by Architects and Workers in Assisted Self-Help: Recalling the Fractured History of Portuguese Experiments from the Dictatorship to Political Democracy, 1950-1980», in Kathleen James-Chakraborty. Ed. *Proceedings of the Fourth International Conference of the European Architectural History Network*. Dublin: University College Dublin.
- CLARO, P., 1969. «Sessão n.º 168 da Assembleia Nacional em 28 de janeiro». *Diário das Sessões*, n.º 168, de 29 de janeiro, Secretaria da Assembleia Nacional, República Portuguesa.
- , 1972. «Sessão n.º 173 da Assembleia Nacional em 22 de março». *Diário das Sessões*, n.º 173, de 22 de março, Secretaria da Assembleia Nacional, República Portuguesa.
- CONCEIÇÃO, C., 1971. «Sessão n.º 98 da Assembleia Nacional em 28 de abril». *Diário das Sessões*, n.º 98, de 29 de abril, Secretaria da Assembleia Nacional, República Portuguesa.
- Diário das Sessões da Assembleia da República*, 1934-1974.
- DUARTE, Carlos S., e Daniel SANTA RITA, 1962. «Bairro económico da Chamusca. Comentário», in *Arquitectura*, n.º 74, março, pp. 51-2.
- FELGUEIRAS, Octávio Lixa, 1954. *Urbanismo: Um tema rural*, CODA/Datilografado, Porto: ESBP — Universidade do Porto.
- FERREIRA, Nuno Estêvão, 2006. *A Sociologia em Portugal: Da Igreja à Universidade*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- FREIRE, Dulce, 2013a. «Modernising ambitions: agronomists in action between dictatorship and democracy (Portugal, 1957-1986)», in Ana Delicado (ed.), *Associations and other groups in science: an historical and contemporary perspective*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishers.
- , 2013b. «Basto, Eduardo Alberto de Lima», in Fernanda Rollo (org.), *Dicionário da I República e do Republicanismo*, vol. 1, Lisboa: Assembleia da República.

- , Nuno E. FERREIRA e Ana M. RODRIGUES, 2014. *Corporativismo e Estado Novo. Contributo para um roteiro dos arquivos das instituições corporativas (1933-1974)*, Working Paper ICS-Series [disponível em <www.ics.ulisboa.pt/instituto/?ln=e&mm=3&ctmid=5&mnid=1&doc=31844671217>].
- , e Pedro LAINS (ed.), 2017. *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000: economic development on the European frontier*, Boston & Leiden: Brill Publishers.
- FREITAS, António, 1955. «Tradicionalismo e evolução», in *Arquitectura*, n.º 66, novembro/dezembro, pp. 31-7.
- O Gaiato. Obra de rapazes, para rapazes, por rapazes*, 1951-1952.
- Instituto Nacional de Estatística (INE), 1954. *Inquérito às Condições de Habitação da Família*, anexo do *IX Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 15 de Dezembro de 1950*, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jornal da MONAC: Suplemento da Revista* n.ºs 1, 2 e 3.
- Junta de Colonização Interna (JCI) (ed.), 1965. *Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural. Sector de Bem-Estar Rural da Junta de Colonização Interna*, vol. 1, Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- (ed.), 1963. *Vila Verdinho. Uma aldeia melhorada*, Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- (ed.), 1966a. *Aldeia de S. Miguel de Poiares*, Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- (ed.), 1966b. *Aldeia Renovada de Prados*, Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- LEAL, João, 2000. *Etnografia Portuguesa, 1870-1970: Cultura popular e identidade nacional*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- LEAL, L. M. C., 2017. «Padre Américo Monteiro de Aguiar: Um 'teólogo da ação' no Portugal contemporâneo». Tese de Doutoramento, Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- LOBO, Vasco, 1957. *Uma Adega Cooperativa para a Colónia Agrícola (Junta de Colonização Interna)*, CODA/Datilografado. Porto: ESBP — Universidade do Porto.
- , 1961a. «A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (I)», in *Arquitectura*, n.º 70, março, pp. 3-6.
- , 1961b. «A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (II)», in *Arquitectura*, n.º 73, dezembro, pp. 19-22.
- , 1962. «A habitação rural e a crise de toda uma cultura tradicional (III)», in *Arquitectura*, n.º 75, junho, pp. 19-23.
- , e Alfredo da Mata ANTUNES, 1959. *Exemplo de Beneficiação de Um Aglomerado Rural — Vale de Couço — Mirandela*, Lisboa: Junta de Colonização Interna, Secretaria de Estado da Agricultura, Ministério da Economia.
- , 1960. *Problemas Actuais da Pequena Habitação Rural*, Lisboa: Centro de Estudos de Urbanismo, Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, Ministério das Obras Públicas.
- MARTINS, E., 2005. «A Obra de Rua no contexto historiográfico da criança abandonada em Portugal», in *Caderno de Pedagogia*, ano 10, n.º 10, pp. 15-35.
- Ministério das Obras Públicas (MOP), 1951. «Boletim do Commissariado do Desemprego. Obras públicas concluídas em 1951», in *Boletim do Commissariado do Desemprego. Obras Públicas Concluídas em 1950 a 1956*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- , 1957. «Boletim do Commissariado do Desemprego. Obras públicas concluídas em 1957», in *Boletim do Commissariado do Desemprego. Obras Públicas Concluídas em 1957 a 1959*, Lisboa: Ministério das Obras Públicas.
- MOREIRA, A., 1968. «Sessão n.º 153 da Assembleia Nacional em 11 de dezembro». *Diário das Sessões*, n.º 153, de 12 de dezembro, Secretaria da Assembleia Nacional, República Portuguesa.
- MOURA, H., e E. S. OLIVEIRA, 1953. *Um Estudo Social: Movimento Nacional de Auto-Construção*. Coimbra: MONAC.
- Movimento Nacional de Auto-Construção (ed.), 1955. «Casas pobres, Casas dignas». *Jornal da MONAC*, n.º 1, p. 4.
- (ed.), 1960. *MONAC: Movimento Nacional de Auto-Construção*, Coimbra: MONAC.
- NETO, A., 1953. «Sessão n.º 221 da Assembleia Nacional em 19 de março». *Diário das Sessões*, n.º 221, de 20 de março, Secretaria da Assembleia Nacional, República Portuguesa.

PEREIRA, Raúl da Silva, 1963a. «Problemática da Habitação em Portugal I». *Análise Social*, vol. I (n.º 1), pp. 33-66.

— 1963b. «Problemática da Habitação em Portugal II». *Análise Social*, vol. I (n.º 2), pp. 225-69.

RAMALHO, M., 1951. «Sessão n.º 112 da Assembleia Nacional em 12 de dezembro». *Diário das Sessões*, n.º 112, de 13 de dezembro, Secretaria da Assembleia Nacional, República Portuguesa.

ROSAS, Fernando, 1994. «Estado Novo», José Mattoso (coord.), *História de Portugal*, vol. VII, Lisboa: Editorial Estampa.

SALAZAR, António de Oliveira, 1939. *Discursos*, vol. 1, 3.ª ed. Coimbra: Coimbra Editora.

Seara Nova, n.º 925, 1944.

SOARES, Fernando Brito, 2005. «A agricultura», P. Lains e A. Ferreira da Silva (orgs.), *História Económica de Portugal, 1700-2000*, vol. III, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 157-83.

À *Sombra de S. Domingos*, Centro de Assistência do Património dos Pobres, n.ºs 135 a 220, 1963.

VV. AA., *Arquitectura*, 1961. *Popular Portuguesa*, 2 vols. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos.



NOTAS BIOGRÁFICAS

Ricardo Costa Agarez (Lisboa, 1972) é professor auxiliar na Universidade de Évora e membro integrado do CIDEHUS, arquiteto (FAUL, 1996) e historiador de arquitetura (mestre, FCSH-UNL, 2004; doutor, University College London, 2013). Perseguindo abordagens transversais (arquitetura, construção, estudos culturais, ciências sociais e humanas), escreveu e publicou sobre arquitetura e identidades nacionais e regionais, fenómenos de disseminação, habitação multifamiliar, arquitetura de funções públicas e culturas arquitetónicas na burocracia, nos séculos XIX e XX. Foi Giles Worsley Fellow (British School at Rome, 2014), FWO Pegasus Marie Curie Postdoctoral Fellow (Ghent University, 2015) e assistente pós-doutorado (KU Leuven, 2016-2017). Publicou recentemente *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965* (Routledge, 2016).

Alessia Allegri (Parma, 1973) é arquiteta pelo Politécnico de Milão (1998) e doutora em Urbanismo pela UPC — Escola de Arquitetura de Barcelona (2012). Professora convidada da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e investigadora no CIAUD da mesma escola. Desenvolve também prática profissional e curatorial: colabora com Pedro Campos Costa na coordenação e consultadoria de, entre outros projetos, a ampliação do Oceanário de Lisboa e no projeto da Representação Oficial de Portugal à 14.ª Bienal de Arquitetura de Veneza, *Homeland — News From Portugal* (2014).

Joana Gouveia Alves (Coimbra, 1982) é investigadora (CERIS-IST), arquiteta (Universidade de Coimbra, 2007) e editora especializada. Com doutoramento pela École Polytechnique Fédérale de Lausanne e Instituto Superior Técnico — Universidade de Lisboa, estuda principalmente os cineteatros europeus, a arquitetura do Movimento Moderno e a arquitetura sustentável. Foi professora na Escola Universitária das Artes de Coimbra e trabalhou no Docomomo International como investigadora, curadora da Virtual Exhibition (MoMove) e colaborou no *Docomomo Journal*. É cofundadora do Projeto Filmadoria, dedicado à produção de conteúdos para valorização do património.

Nuno Arenga (Lisboa, 1968) é arquiteto (FAUP, 1987, FAUTL, 1992), tendo colaborado com Vítor Figueiredo entre 1992 e 1996. É docente de Projeto no Departamento de Arquitetura da FAUTL/FAUL, desde 1996. Doutorou-se em Arquitetura Doméstica/Habitação Urbana na FAUTL, em 2009, com Carlos Lameiro (FAUTL) e Xavier Monteys (ETSAB-UPC). É autor/editor dos livros *Vítor Figueiredo, Fragmentos de Um Discurso* (Circo de Ideias, 2012) e *José Veloso, Luztur 1970-1978, Um Edifício Singular* (Caleidoscópio, 2017). Exerce atividade liberal como arquiteto, na área do projeto de arquitetura.

Rui Aristides (Coimbra, 1983) é formado em arquitetura pela Universidade de Coimbra (UC), em 2007. Participa na direção, redação e edição da revista *NU* (2001-2006). Foi-lhe atribuída uma bolsa pelo Governo Norueguês para investigação sobre a componente social do projeto de arquitetura (2007-2008). Colaborou nos Ateliers do Corvo (2004) e de Fátima Martins (2008-2011), tendo tido também participação nas atividades de associação ativa no Burkina Faso (2007-2010). Colaborou na exposição «Fernando Távora — Modernidade Permanente» (2012). Doutor em Arquitetura pela UC (2017), é atualmente professor auxiliar convidado do Departamento de Arquitetura da UC.

José António Bandeirinha (Coimbra, 1958) é arquiteto pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto (1983). Exerce profissionalmente e é professor catedrático do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra (UC), onde se doutorou em 2002 com uma dissertação intitulada *O Processo SAAL*

<
Bairro do Caramão da Ajuda, Lisboa [194-]
(arquiteto Luís Benavente, 1947-1949).
FGC/BAA. Estúdio Novais

e a *Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. É investigador do Centro de Estudos Sociais e diretor do Departamento de Arquitetura da UC (2002-2004, 2006-2007 e desde 2017). Foi diretor do Colégio das Artes da UC (2011-2013).

Pedro Namorado Borges (Oeiras, 1983) é arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (2007), com estágios na Technische Universität Berlin (2004-2005) e University of Tokyo (2006-2007). Pós-graduação em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos no ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa (2013). Investigador (2017-2018) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Enquanto projetista, tem abordado as problemáticas da reabilitação nos setores da habitação, turismo e educação. Entre as suas publicações destaca-se a coordenação (com Vanda Maldonado) do livro *Vítor Figueiredo: Projectos e Obras de Habitação Social 1960-1979* (Circo de Ideias, 2015).

Francielli Dalprá Cardoso (Florianópolis, 1986) é licenciada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil. Possui curso de pós-graduação em Gestão e Finanças pela London School of Business and Finance, Reino Unido. Atualmente, frequenta o 2.º ano do mestrado em Gestão e Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, com dissertação sobre arrendamento acessível em Portugal.

Tiago Castela (Lisboa, 1974) leciona e faz investigação sobre a teoria e história da dimensão política da arquitetura e do urbanismo, com enfoque em Portugal e no Sul de África no século xx. Completou em dezembro de 2011 um doutoramento em Arquitetura (no Programa de História da Arquitetura e do Urbanismo) na Universidade da Califórnia, Berkeley, nos EUA. É investigador auxiliar do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde integra o Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitetura (CCArq).

João Miguel Couto Duarte (Lisboa, 1966) é arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (1990), mestre em Teorias da Arte pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (2005) e doutor em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, na especialidade de Teoria e Prática do Projeto (2016). Professor auxiliar na Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa, onde leciona desde 1991. Investigador integrado do Centro de Investigação em Território, Arquitetura e Design (CITAD).

Teresa de Deus Ferreira (Lisboa, 1970) é licenciada em Arquitetura, ramo de Reabilitação Urbana, pela Universidade Lusíada (1993), e mestre em Construção pelo IST (2004) com a dissertação «Construção e Durabilidade — Prevenção de Anomalias na Faixa Costeira». Desenvolveu atividade como projetista em diversos *ateliers*, entre 1991 e 1999. Entre 1999 e 2007, colaborou com a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, integrando a equipa do SIPA e dedicando-se em particular aos Projetos Carta de Risco e Inventário do Património Arquitetónico. Ao serviço do IHRU, entre 2007 e 2017, concentrou-se no projeto e execução de obras de conservação do parque habitacional propriedade do Instituto. Na Direção Regional de Cultura da Madeira, desde 2017, dedica-se à apreciação e projeto de intervenções no património classificado e seu âmbito.

Maria Manuela da Fonte (Alijó, 1962) é arquiteta (1987), completou a parte curricular do mestrado em Arquitetura da Habitação (1998) e doutorou-se em Planeamento Urbanístico (2008) pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica. É docente desde 1990 (FAUL) das disciplinas de Projeto e Urbanismo. Professora auxiliar do Departamento de Projeto de Urbanismo (FAUL) a partir do qual tem desenvolvido a atividade docente e de investigação. Tem participado em diversas obras sobre a temática de arquitetura e urbanismo português em contexto angolano e sobre o domínio da habitação coletiva.

Dulce Freire (Alvaiázere, 1969) é historiadora e investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com doutoramento na FCSH, Universidade Nova de Lisboa (2008), e dedicada em particular à história rural e agrária. Entre as últimas publicações conta-se *An Agrarian History*

of Portugal 1000-2000: Economic Development on the European Frontier (coeditora com Pedro Lains, Brill Publishers, 2017). É coordenadora do Projeto ReSEED. Rescuing seeds' heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century», financiado pelo European Research Council (Starting Grant, 2017), a decorrer entre 2018 e 2023.

Eliseu Gonçalves (Castelo de Paiva, 1966) é licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) (1994) e doutorado em Arquitetura pela Universidade do Porto (2015). É professor auxiliar na FAUP e investigador integrado do Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU-FAUP). Atualmente coordena o Projeto de Investigação, financiado pela FCT, Mapping Public Housing. A Critical Review of the State-subsidized Residential Architecture in Portugal (1910-1974).

Filipa de Castro Guerreiro (Viana do Castelo, 1976) é arquiteta, doutorada pelo Programa Arquitetura: Teoria Projecto História com a tese «Colónias Agrícolas Portuguesas Construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A Casa, o Assentamento e o Território». Docente de Projeto na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, desde 2006. Colaborou com o arquiteto Álvaro Siza. Partilha com Tiago Correia a prática de arquitetura no Atelier da Bouça. É membro do conselho diretivo da SRN da Ordem dos Arquitectos entre 2005 e 2010.

Tiago Lemos (Porto, 1986) é sociólogo. Licenciado em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, é doutorando em Sociologia na mesma instituição e na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Na sua tese, desenvolvida com uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia, estuda a ação do Estado e de diferentes grupos sociais na génese de um espaço habitacional. Integra o Instituto de Sociologia da Universidade do Porto na qualidade de colaborador.

Anna Ludovici (L'Aquila, 1983) é doutoranda no IGOT-UL, com um projeto de dissertação sobre imigrantes da Guiné-Bissau nas cidades do Sul da Europa. Os seus principais interesses são a migração africana, o espaço urbano e a habitação social. Desde 2010, dedicou-se a vários projetos em Itália, Guiné-Bissau e Portugal. Atualmente, interessa-se pelas estratégias espaciais que grupos desfavorecidos (migrantes e não) adotam para reivindicar visibilidade e justiça espacial nos espaços urbanos marginalizados e segregados.

Jorge Malheiros (Lisboa, 1966) é geógrafo, membro da direção e investigador do Centro de Estudos Geográficos (CEG) do IGOT da Universidade de Lisboa, onde é professor associado. Pesquisa na área da Geografia Social (migrações, estudos urbanos e habitação), tendo coordenado projetos de investigação nestes domínios. Publicou diversos trabalhos em Portugal e no estrangeiro, é membro do *comité* editorial do IMISCOE — Springer (*Migration*), de estruturas consultivas de várias revistas científicas e correspondente português do SOPEMI-OCDE (2001-2017).

Margarida Malheiros (Lisboa, 1995) tem atividade como tradutora *freelancer*, fazendo também trabalho de investigação para entidades e associações (entre elas, a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos — CIVITAS, AEDH — Association Européenne pour la Défense des Droits de l'Homme, Eupportunity) nas áreas da História e Geografia.

Mafalda Ferreira Marçal (Lisboa, 1991) é arquiteta pela Universidade Lusíada de Lisboa (2016) com a dissertação intitulada «Reabilitação de edifícios de habitação unifamiliar na cidade de Lisboa: Duas obras de João Pedro Falcão de Campos».

Madalena Líbano Monteiro (Lisboa, 1991) é arquiteta estagiária, formada em Arquitetura, com especialização em Urbanismo, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (2016).

Sandra Oliveira (Leiria, 1979) é geógrafa, com doutoramento em Engenharia Florestal. Atualmente, é investigadora no Centro de Estudos Geográficos do IGOT da Universidade de Lisboa, na temática de avaliação de riscos ambientais, especialmente incêndios florestais, e na utilização de Sistemas de Infor-

mação Geográfica. Faz parte da equipa editorial da revista *Finisterra — Revista Portuguesa de Geografia*. Anteriormente, trabalhou no Joint Research Centre da Comissão Europeia, em Itália, e na organização internacional Bioversity International, no Gana.

Patrícia Santos Pedrosa (Lisboa, 1971) é feminista, arquiteta, investigadora, professora, ativista e mãe. Professora auxiliar convidada (DECA, Universidade da Beira Interior). Investigadora integrada do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (ISCSP, Universidade de Lisboa). Fundadora e presidenta da associação Mulheres na Arquitectura (Portugal). Licenciada em Arquitectura (FA-UTL, 1997), mestre em História de Arte (FCSH-UNL, 2008), doutora em Projetos Arquitetónicos (ETSAB-UPC, Catalunha, 2010) e com uma pós-graduação em Estudos Feministas (CES/FL, Universidade de Coimbra, 2016). Áreas de interesse: Arquitectura/Cidade e Género; História da Arquitectura Portuguesa (Século XX).

Susana Pereira (Porto, 1981) é geógrafa e professora auxiliar do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território na área da Geografia Física. É investigadora no CEG, integrando o núcleo de investigação RISKam. Coordena um projeto nacional sobre as forças motrizes dos riscos hidrogeomorfológicos em Portugal continental (Forland). Pesquisa nas áreas de Análise e Gestão de Risco, Bases de Dados de Riscos Naturais e Ordenamento do Território, com Recurso a Sistemas de Informação Geográfica. É autora-coautora de 21 trabalhos indexados na Scopus.

Virgílio Borges Pereira (Porto, 1970) é licenciado, mestre, doutor e agregado em Sociologia pela Universidade do Porto. É professor associado com agregação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador do Instituto de Sociologia da mesma Universidade. Colabora como docente com a Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e como Investigador no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da mesma instituição. Organizou *A Habitação Social na Transformação da Cidade* (Afrontamento, 2016).

João Queirós (Porto, 1982) é sociólogo. Licenciado e doutor em Sociologia pela Universidade do Porto, integra como investigador o Instituto de Sociologia daquela instituição e é docente convidado do Instituto Politécnico do Porto. Entre outros trabalhos sobre transformação urbana e políticas de habitação, publicou, com Virgílio Borges Pereira, *Na Modesta Cidadezinha. Génese e Estruturação de Um Bairro de Casas Económicas do Porto (Amial, 1938-2019)* (Afrontamento, 2012).

Pedro G. Rodrigues (Joanesburgo, 1975) é atualmente professor auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa, onde é também investigador integrado do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP). Doutorado em Economia pela Universidade Nova de Lisboa em julho de 2007 (especialidade de Economia Pública), entre fevereiro de 2007 e junho de 2010, foi assessor económico no Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Ministério das Finanças (Portugal).

Filipa Serpa (Lisboa, 1976) é arquiteta pela Faculdade de Arquitectura — UTL (2000), com especialização em Regeneração Urbana e Ambiental (FAUTL, 2002) e doutoramento em Urbanismo (FAUL, 2015) sob o tema do projeto residencial de promoção pública. Colabora com a FA desde 2000, sendo atualmente professora auxiliar. Em 2010 e 2011, recebeu a Menção Honrosa do Prémio Jovens Investigadores UTL/CGD — Arquitectura/Urbanismo, e em 2016, recebeu o Prémio de Mérito promovido pela Universidade de Lisboa para a Melhor Tese de Doutoramento em Urbanismo do ano letivo de 2014-2015.

Sérgio Dias Silva (Porto, 1982) é arquiteto e investigador do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto e do Projeto MdH — Mapa da Habitação, onde desenvolve Tese de Doutoramento sobre o Programa das Casas Económicas do Estado Novo, com uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Desde a licenciatura (FAUP, 2007) colaborou com Paulo Providência, Manuel Fernandes de Sá, Parque Escolar EPE e MVCC Arquitetos.

Maria Tavares (Lisboa, 1970) é arquiteta (1994) e professora auxiliar da Faculdade de Arquitetura e Artes da Universidade Lusíada Norte. Mestre em Arquitetura da Habitação pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (2003). Doutorada em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (2015). Membro integrado do Centro de Investigação em Território, Arquitetura e Design (CITAD) da Universidade Lusíada e membro em colaboração do grupo de investigação Atlas da Casa do CEAU da FAUP e da equipa do Projeto de Investigação, FCT, Mapping Public Housing. A Critical Review of the State-Subsidized Residential Architecture in Portugal (1910-1974).

Eduardo Vilaça (Viana do Castelo, 1953) é licenciado em Sociologia, com especialização em Problemas Urbanos (ISCTE), e mestrando em Estatística e Gestão da Informação no ISEGI-UNL. É e foi dirigente e técnico em vários organismos da Administração Pública, investigador-coordenador no CET/ISCTE, professor universitário e do ensino secundário, dirigente de uma IPSS e outras entidades privadas. É autor de diversas publicações.

Romana Xerez (Cuba, 1967) tem doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Sociologia, é professora auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), Universidade de Lisboa, e investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas. Integra atualmente o *board* da Rede Europeia de Análise em Política Social (ESPAnet). É membro da Rede Europeia de Investigação em Habitação (ENHR). Os seus interesses, publicações e projetos recentes de investigação centram-se na análise comparada da política de habitação e transformação do Estado Social.

José Luís Zêzere (Santiago do Cacém, 1962) é geógrafo, professor catedrático e vice-presidente do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. É investigador do CEG, onde coordena o Núcleo de Investigação Avaliação e Gestão de Perigosidades e Risco Ambiental (RISKam). Desde 2014, é vice-presidente do European Centre on Geomorphological Hazards (CERG), do Conselho da Europa. Pesquisa nas áreas de Análise e Gestão de Risco, Geografia Física Aplicada e Ordenamento do Território. É autor-coautor de 56 trabalhos indexados na Scopus.

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACEGE	Associação Cristã de Empresários e Gestores	FD	Fundo de Desemprego
AD	Aliança Democrática	FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
AIH	Association Internationale de l'Habitation	FFH	Fundo de Fomento da Habitação
AME	Arquivo Municipal de Espinho	FNRE	Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado
AML	Área Metropolitana de Lisboa	FMI	Fundo Monetário Internacional
AMP	Área Metropolitana do Porto	GAR	Gabinete de Apoio à Reconstrução (Açores)
AMP	Arquivo Municipal do Porto	GEH	Gabinete de Estudos de Habitação, da DGSU
AMPC	Arquivo Municipal de Paredes de Coura	GEP	Gabinete de Estudos e Planeamento, do FFH
ANTT/EPJS	Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Empresa Pública do Jornal O Século	GOP	Grandes Opções do Plano
AUGI	Área Urbana de Génese Ilegal	GPA	Grupo de Planeamento e Arquitetura
BEI	Banco Europeu de Investimento	GPP/MAFDR/MMar	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral / Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural / Ministério do Mar
CAR	Comissão para o Alojamento de Retornados / Refugiados	GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
CDH	contrato de desenvolvimento para habitação	GPZ	Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambéze
CDS	Partido do Centro Democrático e Social	GTH	Gabinete Técnico de Habitação, da Câmara Municipal de Lisboa
CE	Casas Económicas	HBP	Comité Housing, Building and Planning (Habitação, Construção e Urbanismo) da CEE-ONU
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa	IARN	Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
CEE	Comunidade Económica Europeia	IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
CEE-ONU	Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas	IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
CEG/IGOT/UL	Centro de Estudos Geográficos / Instituto de Geografia e Ordenamento do Território / Universidade de Lisboa	IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
CGRL	Comissariado do Governo para a Região de Lisboa — Zonas Clandestinas e Degradadas	IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
CHE	Cooperativas de Habitação Económica	INC	Instituto Nacional de Colonización
CIAM	Congresso Internacional da Arquitetura Moderna	INE	Instituto Nacional de Estatística
CIAUD	Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design	INH	Instituto Nacional da Habitação
CMB/MI/AAL	Câmara Municipal de Braga / Museu da Imagem / Arquivo Aliança	INTP	Instituto Nacional do Trabalho e da Previdência
CML	Câmara Municipal de Lisboa	IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
CMO	Câmara Municipal de Oeiras	IRC	imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas
CRED	Centre for Research on the Epidemiology of Disasters	IRS	imposto sobre o rendimento de pessoas singulares
CTT	Correios, Telégrafos e Telefones	ISA	Instituto Superior de Agronomia
DGADR	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural	ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
DGEMN	Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	IVA	imposto sobre o valor acrescentado
DGERU	Direção-Geral do Equipamento Regional e Urbano	JAOHA	Junta Autónoma de Obras de Hidráulica Agrícola
DGHEA	Direção-Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola	JCCP	Junta Central das Casas de Pescadores
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural	JCI	Junta de Colonização Interna
DGPHE	Direção-Geral da Previdência e Habitações Económicas	KML	Keyhole Markup Language
DGPU	Direção-Geral do Planeamento Urbanístico	LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
DGSU	Direção-Geral dos Serviços de Urbanização	MAFDR	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
DHC	Direção de Habitação do Centro, do Fundo de Fomento da Habitação	MAS	Ministério dos Assuntos Sociais
DRHUA/SRES	Direção Regional de Habitação, Urbanismo e Ambiente / Secretaria Regional do Equipamento Social	MCPS	Ministério das Corporações e Previdência Social
DSP	Direção dos Serviços de Projeto, do Fundo de Fomento da Habitação	MHOP	Ministério da Habitação e Obras Públicas
DSUN	Direção de Serviços de Urbanização do Norte	MIPEX	Migrant Integration Policy Index
DUE	Divisão de Urbanização e Edifícios, do Fundo de Fomento da Habitação	MONAC	Movimento Nacional de Auto-Construção, da UCIDT
DRIAL	Departamento de Realizações Integradas para a Área de Lisboa, do Ministério da Habitação e Obras Públicas	MOP	Ministério das Obras Públicas
EFTA	European Free Trade Association	MOPC	Ministério das Obras Públicas e das Comunicações
EU	União Europeia	MSA	Mercado Social de Arrendamento
EUA	Estados Unidos da América	MU	Melhoramentos Urbanos
FA	Faculdade de Arquitetura (Universidade de Lisboa)	NIPRE	Núcleo de Informação Pública e Relações Externas, do FFH
FAIH	Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação	NRAU	Novo Regime do Arrendamento Urbano
FAUP/CDUA	Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto / Centro de Documentação de Urbanismo e Arquitetura	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
FCE	Fundo de Casas Económicas	OIT	Organização Internacional do Trabalho
FCG	Fundação Calouste Gulbenkian	ONU	Organização das Nações Unidas
FCG/BAA	Fundação Calouste Gulbenkian / Biblioteca de Arte e Arquivos	PAEF	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
FCP-HE	Federação de Caixas de Previdência — Habitações Económicas	PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
		PER	Programa Especial de Realojamento
		PHSMA	Programa de Habitação Social Municipal para Arrendamento
		PI	Plano(s) Integrado(s), do FFH

PIB	Produto Interno Bruto	SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local
PIMP	Programa de Intervenção de Médio Prazo	SCCE	Serviço de Construção de Casas Económicas, da DGEMN
PLH	Programa Local de Habitação	SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
PRAUD	Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas	SMU	Secção de Melhoramentos Urbanos, da DGEMN
PREC	Processo Revolucionário em Curso	SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil
PRID	Programa de Recuperação de Imóveis Degradados	SNI	Secretariado Nacional de Informação
PRODAC	Programa de Produtividade e Autoconstrução, da UCIDT	SOLARH	Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação
PROHABITA	Programa de Financiamento para Acesso à Habitação	SPO	Serviço de Projetos e Obras
PT	Portugal Telecom	SPRHI	Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (Faial e Pico, Açores)
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados	SRU	Sociedades de Reabilitação Urbana
RECRIPH	Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal	UE	União Europeia
REHABITA	Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas	UEM	União Económica e Monetária
RERU	Regime Excecional da Reabilitação Urbana	UCIDT	União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho
RFA	República Federal Alemã	ULisboa	Universidade de Lisboa
RSEU	Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas	UNECE	United Nations Economic Commission for Europe
		UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
		UNISDR	United Nations International Strategy for Disaster Reduction

AGRADECIMENTOS

afaconsult / ARQUISOMA — Gabinete de Arquitetura / Arquivo Distrital de Viana do Castelo / Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República / Arquivo — Museu da Presidência da República / Arquivo Nacional da Torre do Tombo / Biblioteca e Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas sob tutela do Ministério da Economia / Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade do Porto / Biblioteca Nacional de Portugal / Bibliothèque Historique de la Ville de Paris / Câmara Municipal de Braga/Museu da Imagem / Câmara Municipal de Cascais/Arquivo Municipal de Cascais / Câmara Municipal da Covilhã / Câmara Municipal de Espinho/Arquivo Municipal de Espinho / Câmara Municipal de Évora/Divisão de Ordenamento e Reabilitação Urbana / Câmara Municipal de Faro / Câmara Municipal de Guimarães/Arquivo Municipal Alfredo Pimenta / Câmara Municipal de Lisboa/Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa/Departamento de Habitação / Câmara Municipal de Lisboa/Hemeroteca Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Oeiras/Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana / Câmara Municipal de Olhão / Câmara Municipal de Paredes de Coura/Arquivo Municipal de Paredes de Coura / Câmara Municipal do Porto/Arquivo Municipal do Porto / Câmara Municipal de Viana do Castelo/Arquivo Municipal de Viana do Castelo / Câmara Municipal de Vila Real/Pelouro do Ordenamento do Território e Urbanismo / Carlos Manuel G. Lobão / Centro de Estudos Geográficos / Centro de Estudos Sociais/Biblioteca Norte/Sul / Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/Faculdade de Arquitetura / Cinemateca Portuguesa / Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural/Biblioteca e Arquivo / Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas/Centro Português de Fotografia/Torre do Tombo / Direção-Geral do Património Cultural/Sistema de Informação para o Património Arquitetónico / Direção Regional da Habitação/Governo Regional dos Açores / Domus Social, E. M. / Eduardo Vilaça / Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto/Centro de Documentação / Faculdade de Direito da Universidade do Porto/Biblioteca / Fundação Calouste Gulbenkian/Biblioteca de Arte e Arquivos / GEBALIS, E. M. / Eduardo Vilaça / Governo Provincial da Zambézia / HABÉVORA, E. M. / Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Biblioteca / Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social/Departamento do Património Imobiliário / João M. Almeida / João Nuno Reis / José Luiz Pinto Machado / Junta de Freguesia de Encosta do Sol/Biblioteca Luís de Camões / Luís Bruno Soares / Maria Fernanda Serpa / Matosinhos Habit, E. M. / Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural/Arquivo do Gabinete de Políticas e Planeamento / Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social/Secretaria-Geral / Pedro Canedo / Produtora O Som e a Fúria / Rita Palla Aragão / Roberto Terra / Santiago Macias / Telma Monteiro / Vasco Peixoto Freitas / Victor Reis / Vila Real Social, E. M.

PROVENIÊNCIA DAS IMAGENS

Prefácio

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): separador.

Cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal: Notas para uma história em construção

Centro Português de Fotografia: separador (cota PT/CPF/ALV/005074; autor não mencionado). Imagem cedida pelo CPF.

Arquivo Municipal de Lisboa: figuras 1 (Espólio Eduardo Portugal, cota PT/AMLSB/POR/015225), 10 (Coleção Fernando Martinez Pozal, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/POZ/000010), 11 (Coleção Armando Maia Seródio, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/N38647), 12 (Coleção Armando Maia Seródio, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/N52083), 13 (Coleção João Brito Geraldes, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBG/001220) e 14 (Coleção Armando Seródio, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/N75856).

Arquivo Nacional Torre do Tombo: figuras 2 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0059/3016M; autor não mencionado), 3 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0025/0256H; autor não mencionado), 4 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0027/1238H; autor não mencionado), 5 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0040/0648K; autor não mencionado), 6 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0046/2044L; autor não mencionado) e 7 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0057/2187M; autor não mencionado). Imagens cedidas pelo ANTT.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figura 8.

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: figura 9 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT164.102202).

A República e a questão social da habitação no rescaldo da Guerra (1918-1933)

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): separador e figuras 3, 5, 6, 7, 9 e 15.

Biblioteca Nacional de Portugal: figura 1 (cota S. C. 20100P).

Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal : figuras 2 e 11.

Arquivo Nacional Torre do Tombo: figuras 4 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0017/1066E, autor não mencionado) e 18 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0027/1488H, autor não mencionado). Imagens cedidas pelo ANTT.

Arquivo Municipal de Lisboa: figuras 8 (cota PT/AMLSB/CMLSBAH/UROB-PU/10/441/38), 13 (cota PT/AMLSB/CMLSBAH/UROB-OM/07/01/02) e 14 (Espólio Eduardo Portugal, cota PT/AMLSB/POR/052569).

Câmara Municipal de Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta: figura 12 (cota AMAP/PSS/FMF-6-58-4-5-4).

Secretaria-Geral do Ministério da Economia, Biblioteca e Arquivo Histórico da Economia: figura 16 (Coleção de Desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do MHOP, cota D 18 A).

Câmara Municipal de Cascais, Arquivo Municipal de Cascais: figura 17 (cota PT/CMCSC-AHMCSC/AADL/CMC/M-A/001/116 CX 115).

Casas económicas e casas desmontáveis: Génese, estruturação e transformação dos primeiros programas habitacionais do Estado Novo

Arquivo Municipal de Lisboa: separador (Coleção Kurt Pinto, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/KPI/000071) e figuras 4 (Coleção Álbuns Fotográficos de Lisboa, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/001/000071), 10 (Coleção Salvador de Almeida Fernandes, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000133), 11 (Coleção Álbuns Fotográficos de Lisboa, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/003/ALB/001/000054) e 14 (Coleção Artur João Goulart, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/N35448).

Centro Português de Fotografia: figuras 1 (cota PT/CPF/ALV/005088; autor não mencionado), 2 (cota PT/CPF/ALV/005100; autor não mencionado) e 3 (cota PT/CPF/ALV/005122; autor não mencionado). Imagens cedidas pelo CPF. Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal: figura 5.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figuras 6, 7, 8, 12 e 13.

Arquivo Nacional Torre do Tombo: figura 9 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0057/2186M; autor não mencionado). Imagem cedida pelo ANTT.

O problema da habitação rural: Debates e políticas públicas durante o Estado Novo

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: separador e figuras 2, 3, 4 e 5.

Secretaria-Geral do Ministério da Economia, Biblioteca e Arquivo Histórico da Economia: figura 1 (Fundo Arantes e Oliveira, cota PT/AHMOP/AO/03/01/154/42).

Dulce Freire e Pedro Namorado Borges: figuras 6, 8, 10, 14, 15, 16, 20 e 22.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figuras 7, 11, 12, 13, 18, 19, 21, 23 e 24.

Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social: figura 9.

Biblioteca Nacional de Portugal: figura 17.

Colónias agrícolas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960: Do desenho do território ao desenho da casa — Diversidade, circunstância e experimentação

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: separador (Coleção Estúdio Novais, cota CFT164.020276) e figuras 2 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65164), 12 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65189), 15 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65197), 16 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65153), 20 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65216) e 23 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT003.65207).

Ministério do Mar e Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Arquivo Documental do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral: figuras 1, 3, 4, 5, 6 e 7.

Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: figuras 8, 9, 11, 13, 14, 17, 18, 21 e 24.

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: figura 10.
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Centro de Documentação: figura 19 [cota FAUP/CDUA/CC/ARQ/012-
-doc (D)04].

Câmara Municipal de Paredes de Coura, Arquivo Municipal de Paredes de Coura: figura 22.

O arrendamento social público (1945-1969): Nova escala, novos programas e agentes

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: separador/figura 3 (Coleção Estúdio Novais, cota CFT164.053517).

Arquivo Municipal de Lisboa: figuras 1 (Coleção Salvador de Almeida Fernandes, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000132), 2 (Coleção Alberto Abreu Nunes, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/ABR/000033), 5 (Coleção Claudino Costa Madeira, cota PT/AMLSB/SPT/000105), 8 (cota PT/AMLSB/CMLSBAH/UROB-PU/10/101), 9 (Coleção Roiz, cota PT/AMLSB/ROZ/000027) e 10 (cota PT/AMLSB/CMLSBAH/UROB-PU/10/101).

Maria Tavares: figura 4.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figuras 6, 7, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22 e 24.

Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal: figura 11.

Câmara Municipal de Braga, Arquivo Aliança — Museu da Imagem: figura 17.

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., Departamento de Património Imobiliário, Direção de Imóveis Norte: figura 23.

O Fundo de Fomento da Habitação de 1969 a 1982: Ordenamento, alternativas e mercado

Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema: figura 1.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): separador e figuras 2, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 14, 15, 20 e 21.

Arquivo Municipal de Lisboa: figura 3 (Coleção Eduardo Portugal, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/EDP/001514).

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: figuras 4, 8 e 22.

Produtora O Som e a Fúria: figura 9 (© O Som e a Fúria 2015).

Hemeroteca Municipal de Lisboa: figuras 13, 23 e 24.

Rita Palla Aragão: figura 16.

Arquivo do Governo Provincial da Zambézia: figura 17.

José António Bandeirinha: figuras 18 e 19.

As cooperativas de habitação portuguesas: O jogo dos possíveis

Patrícia Santos Pedrosa: separador e figuras 1 e 5 a 17 (fotógrafo João M Almeida).

Arquivo Municipal de Lisboa: figura 3 (Coleção Armando Seródio, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/N61179).

Os anos de crescimento (1969-2002)

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: todas as figuras.

Um século de respostas habitacionais públicas a catástrofes: Experiências passadas e reflexões para o futuro

Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: figuras 1, 7, 9, 17, 18 e 19.

Câmara Municipal de Espinho, Arquivo Municipal de Espinho: figura 2.

Arquivo Nacional Torre do Tombo: figuras 3 (cota PT/TT/SF/001-001/0178/2882AS, autor não mencionado), 4 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0178/2889AS, autor não mencionado) e 5 (cota PT/TT/EPJS/SF/001-001/0178/2895AS, autor não mencionado). Imagens cedidas pelo ANTT.

Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (Direção-Geral do Património Cultural): figuras 6, 8, 10, 15 e 16.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana: figura 11.

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: figuras 12 (cota PT FCG FCG:SPO-00963-00001), 13 (cota PT FCG FCG:SPO-S007/02-P0098-D3700012-DES01109) e 14 (cota PT FCG FCG:SPO-S007/02-P0098/01-D3700011).

Habitação de promoção pública: Da construção nova à reabilitação, uma leitura dos projetos

Arquivo Municipal de Lisboa: separador (Coleção F. Gonçalves, cota PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/GON/S0030).

Câmara Municipal do Porto, Arquivo Histórico Municipal: figura da p. 451.

ARQUISOMA — Gabinete de Arquitetura: figura da p. 453.

afaconsult: figura da p. 454.

Matosinhos HABIT: figura da p. 456.

GEBALIS: figura da p. 456.

A política de habitação em Portugal de 2002 a 2017: Programas, políticas públicas implementadas e instituições envolvidas

Arquivo Municipal de Lisboa: separador (Coleção Alberto Abreu Nunes, cota PT-AMLSB-CMLSBAH-PCSP-004-ABR-000035).

Notas biográficas

Fundação Calouste Gulbenkian, Biblioteca de Arte e Arquivos: separador (Coleção Estúdio Novais, cota CFT164 052508).

«As questões sociais, interessando principalmente as classes proletárias, são hoje de palpitante actualidade em todos os povos cultos. [...] Uma dessas questões e da maior importância é a que se destina a conseguir a construção em grande escala de casas económicas, com todas as possíveis condições de conforto, independência e higiene, destinadas principalmente nas grandes cidades aos que, por carência de recursos materiais, têm sido obrigados até agora a viver em residências infectas, sem luz nem ar, e por isso gravemente nocivas à saúde dos que as habitam.» (Decreto n.º 4137, 1918.)

Em 2018 completam-se os primeiros cem anos de políticas públicas de apoio à habitação em Portugal: o primeiro diploma que estabeleceu as condições de incentivo, pelo Estado, à construção de «casas económicas» foi publicado em 1918.

O tema da habitação apoiada mantém, hoje, toda a actualidade. Quando a intervenção dos Estados na mitigação de problemas dos cidadãos é questionada, a habitação persiste como problema incontornável no equilíbrio social contemporâneo.

Este livro é sobre o País, a sua sociedade e a sua cultura, nos últimos cem anos, não apenas sobre a arquitetura e as cidades portuguesas; mas as práticas arquitetónicas e urbanas, em conjugação com outros campos do conhecimento, permitem olhar para a habitação apoiada pelos poderes públicos de uma forma ao mesmo tempo ampla e específica, que discute temas elevados e complexos — o direito à habitação e a manipulação ideológica deste mesmo, os poderes local, regional e central, os modelos de organização do território e crescimento urbano — através de algo que fala e diz respeito a todos: a casa.